

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CAMILA FERNANDES SILVA

**A CONTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS NA CONSTRUÇÃO DAS TRAJETÓRIAS DE
VIDA DO SUJEITO LGBT**

VOLTA REDONDA -RJ

2019

CAMILA FERNANDES SILVA

**A CONTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS NA CONSTRUÇÃO DAS TRAJETÓRIAS DE
VIDA DO SUJEITO LGBT**

Monografia apresentada ao curso de Serviço Social do Centro Universitário de Volta Redonda (UNIFOA), como requisito à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aluna: Camila Fernandes Silva

Orientadora: Prof.^a Dr^a Daniele do Val Santa Bárbara

VOLTA REDONDA – RJ

2019

FOLHA DE APROVAÇÃO

Aluna: Camila Fernandes Silva

Título da Monografia: A contribuição das famílias na construção das trajetórias de vida do sujeito LGBT

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Daniele do Val Santa Barbara

Banca Examinadora:

Prof.^a Doutora^a Daniele do Val Santa Barbara Orientadora

Prof.^o Doutor Hélio de Lena

Avaliador

Prof.^o Especialista Ailton Carvalho

Avaliador

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho ao meu primo Gustavo Souza e avó Maria Eli, meus amigos LGBTs e principalmente a minha família que é constituída por uma relação entre sujeitos sociais que ultrapassam meros laços consanguíneos. Obrigado por serem os meus principais apoiadores e companheiros nessa trajetória da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar esse trabalho é dedicado pelo autor da e consumidor da minha fé, meu Aba, Jesus. Dono do meu ser único e soberano diante de todas as coisas, provedor da minha força e sabedoria.

Gratidão pai.

À minha mãe Silvana Fernandes que sempre me auxiliou nesses anos de muita luta e perseverança, que trabalhou arduamente para que eu pudesse concretizar esse sonho! Obrigada mãe!

À minha avó Maria Eli, que sempre me apoiou em cada etapa da minha vida, me dando suporte de amor, carinho e atenção, ao seu lado me sinto mais forte, você me transmite essa garra, é tudo por você, cada dia que eu me senti incapaz eu lembrei do exemplo de mulher que você é, obrigada por ser a melhor avó que alguém poderia ter, grata pelo seu amor. Te amo!

Agradeço aos meus professores Hélio de Lena e Marcos Aurélio Gandra vulgo “Mineiro”, que me motivavam todos os dias para frequentar as aulas, transformando a Universidade em um ambiente não somente de construção de conhecimento, mas também um local onde de apoio e afeto. Vocês fazem parte da família que eu construí no curso de Serviço Social, sem dúvidas são pessoas que considero de suma importância na minha vida e de fato demonstram que vislumbram meu sucesso, acadêmico e profissional. Ademais primordialmente estimavam votos de valorização da minha vida enquanto cidadã, vocês contribuíram muito na minha vida Obrigada.

A minha professora Monica Barison pelo apoio carinho e dedicação no processo de desenvolvimento desse trabalho.

À coordenadora do meu curso Karin Escobar que é uma das mulheres que eu mais admiro e estimo um exemplo de profissional a quem quero me espelhar.

A minha supervisora de campo Fernanda Bertolino por me motivar todos os dias e por me mostrar o que de fato é felicidade, gratidão pelo tempo de qualidade e aprendizado ao seu lado.

Agradeço ao meu melhor amigo e namorado, Antonio Marcos obrigado por todo apoio, você com toda certeza contribuiu para o processo de construção desse trabalho e é um dos protagonistas do meu sucesso.

Às donas de todo meu amor e carinho Lany Fernandes, Debóra Oliveira, Isa Mara e Giovana Santos, minhas companheiras de curso e futuramente de profissão, meu amor e carinho por vocês é imensurável. Muito obrigada pelo apoio e suporte sempre, pra mim vocês são parte da minha verdadeira família.

E por último, já ouviram falar que o melhor fica para final? Então meu agradecimento vai pra essa mulher de suma importância na minha graduação, minha tão sonhada orientadora Daniele do Val, que é um mulherão, dona de uma beleza e elegância impar, uma assistente social que com certeza deixa um legado por onde passa, te admiro e não é pouco!

*Se vai tentar
siga em frente.*

*Senão, nem comece!
Isso pode significar perder namoradas
esposas, família, trabalho...e talvez a cabeça.*

*Pode significar ficar sem comer por dias,
Pode significar congelar em um parque,
Pode significar cadeia,
Pode significar caçoadas, desolação...*

*A desolação é o presente
O resto é uma prova de sua paciência,
do quanto realmente quis fazer
E farei, apesar do menosprezo
E será melhor que qualquer coisa que possa imaginar.*

*Se vai tentar,
Vá em frente.
Não há outro sentimento como este
Ficará sozinho com os deuses
E as noites serão quentes
Levará a vida com um sorriso perfeito
É a única coisa que vale a pena.*

BUKOWSKI, C., Factotum.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. O QUE É FAMÍLIA? REFLEXÕES ACERCA DO CONCEITO DE FAMÍLIA, DISCUTINDO O SEU PAPEL NA CONSTRUÇÃO DA VIDA SOCIAL DO SUJEITO LGBT.....	13
1.1. O que é Família?.....	13
1.2. Desconstruindo e reconstruindo concepções um novo olhar sobre família através dos novos arranjos Familiares.....	19
1.3. Relações Familiares e suas controvérsias: Um ambiente de proteção ou desproteção social?	24
1.4 Serviço Social e a sua aproximação do movimento LGBT	28
2. FAMÍLIAS E AS SUAS CONCEPÇÕES SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO.....	35
2.1 Meu nome é Ray	35
2.2. Orações para Bobby	41
2.3. Análise do Documentário “Republica Os Segregados da Escuridão Parte 1 e 2.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS.....	60

RESUMO

Este trabalho refletiu sobre a produção histórica dos conceitos de família, de forma a discutir como atualmente a instituição familiar é defendida socialmente e como sua definição legal, na Constituição Federal de 1988, que a caracteriza como base da sociedade, se contrapõem ou se correspondem nos contextos de vida das pessoas LGBT. A análise teve como enfoque o papel da família na proteção de seus membros e sua configuração como instituição promotora de cuidado, com destaque para a relevância do seu papel nas mediações, conflitos, rede de segurança e apoio às inúmeras nuances que um membro da família pode viver a partir do momento que assume sua sexualidade e orientação sexual sem correspondência aos padrões heteronormativos. Pensarmos sobre o papel da família na compreensão da diversidade sexual e de gênero e a sua interferência no processo de construção da vida social do sujeito LGBT nos remete às considerações de que a família é uma instituição contraditória, pode ser um lugar de conflitos, e como uma das instituições socializadoras dos sujeitos, ocupa espaço significativo na construção das trajetórias de vida dos sujeitos. Para elaboração deste estudo realizamos pesquisa bibliográfica em periódicos, artigos, anais de evento e livros de diferentes áreas do conhecimento, como Serviço Social, Psicologia, Sociologia, Antropologia, Direito, a fim de realizar o mapeamento das produções para posterior instrumentalização da análise qualitativa de material cinematográfico. Sobre isso, delimitamos como objetos de análise produções cinematográficas e documentários que narraram e retrataram o cenário familiar e o sujeito LGBT na contemporaneidade, entendendo que o cinema influencia e é influenciado por histórias de vida e familiares de forte impacto social, que afetam sociabilidades e subjetividades, contribuindo para o debate sobre o tema deste estudo, tão importante para compreender o significado da família na construção da vida social do sujeito LGBT. Acreditamos à instituição familiar papel determinante para o rompimento ou para o fortalecimento do preconceito e da intolerância contra as pessoas LGBT, a depender da rede de cuidado, afeto e proteção que as famílias desenvolvem. O assistente social, como profissional que em seu exercício profissional defende princípios democráticos, libertários, emancipadores e que contribuam na eliminação de todas as formas de preconceito, tem no contexto da defesa da cidadania o cenário propício para ações de trabalho voltadas à construção de relações humanas mais éticas.

Palavras-Chave: Família; pessoas LGBT; Serviço Social; trajetórias de vida

INTRODUÇÃO

Este trabalho abordou reflexões produzidas sobre o conceito de família construído ao longo dos anos, bem como atualmente é estabelecida constitucionalmente como a base da sociedade, e seu papel protetivo ou reprodutor de preconceitos que contribuem para a construção das trajetórias de vida e sociabilidade das pessoas com orientação sexual diferente do padrão heteronormativo.

Neste sentido a partir das produções fomentadas pela categoria profissional de Serviço Social e outras áreas das ciências sociais acerca da constituição do conceito de família, este estudo objetivou discutir os significados e implicações que esta instituição representa na vida social do sujeito LGBT. O objetivo geral do estudo foi compreender a influência da família no processo de construção da vida social do sujeito LGBT. Estabelecemos como objetivos específicos: a) Discutir a construção histórica do conceito de família e as mudanças pelas quais a família tem experimentado devido as constantes transformações sociais; b) Refletir sobre o papel socio cultural das famílias e como se preveem suas responsabilidades legais; c) Analisar produções cinematográficas que versassem sobre a temática família e homossexualidade, de forma a perceber como essa relação é retratada, a partir de histórias verídicas ou fictícias.

Desde tempos remotos a sociedade atravessou inúmeras transformações nos múltiplos cenários da vida social, por conseguinte os indivíduos que fazem parte desse corpo social também incorporaram tais mudanças na constituição do conceito de família, compreendida como a base de toda sociedade. A família é uma instituição social que foi construída através de uma ideação sócio histórica, esse processo cultural são projeções das relações sociais e moldes configurados culturalmente.

Inicialmente fundada a partir de relações biológicas, delimitadas pelo discurso cristão e da procriação, na contemporaneidade a família é ressignificada a partir dos avanços da medicina (como nos casos da fertilização *in vitro*) e da

maturidade afetiva que funda novos arranjos, como a valorização do instituto da adoção e o avanço de mulheres mães que exercem o cuidado familiar sozinhas. Entretanto, o tradicional modelo familiar burguês, composto pelo genitor, genitora e a sua prole, ainda figura como ideal a ser reproduzido. Mesmo com o debate mais atual de que a família é mutável, que está sempre incorporando transformações que variam em termos de temporalidade histórica e aspectos socio culturais, os múltiplos arranjos familiares ainda são desafiados na sua legitimidade.

Ressalta-se que a concepção do que seja a constituição de família tem sofrido mudanças devido às transformações da sociedade e as novas formas das famílias se relacionarem, o que tem gerado conflito no que tange ao preconceito dos sujeitos que fogem o padrão heteronormativo instituído pela própria sociedade. Diante disso é imperioso discutir como o papel da família é uma importante rede de proteção e amparo para seus integrantes, sobretudo o sujeito LGBT tão discriminado e estereotipado pela coletividade, no intuito de dar tangibilidade a essa discussão que ainda é nova e recheada de tensões, a fim de romper com a lógica da discriminação.

Quando o indivíduo LGBT revela a sua família a orientação distinta do padrão heteronormativo preestabelecido, muitas vezes essa família perpassa por um momento de crise, devido a idealizações desses membros, projetos, aspirações desde o nascimento direcionado aquele sujeito. Diante disso a família acaba reproduzindo padrões sociais, pois espera estar ajustado nesse padrão outrora definido como e por vezes nomeado como família tradicional brasileira.

Nesse contexto de mudanças e transformações na família a revelação da homossexualidade cria um colapso no âmbito dessa instituição, tanto com os genitores quanto na vida dos demais integrantes dessa parentela, bem como o sujeito LGBT em questão. As duas partes dessa família podem encontrar-se em situação de sofrimento, desta maneira, é necessário criar um ambiente de tolerância e compreensão por essas partes, para que lidem com essa circunstância tão desafiadora de suas vidas recheado de tensões.

Os membros, principalmente os genitores dessa família, também necessitam compreender que a sua prole ao expor sua sexualidade também necessita de compreensão e acolhimento com amorosidade, uma vez que tendencialmente esses sujeitos já sofrem muitas vezes com a discriminação da sociedade. É muito rico

quando os pais e integrantes dessa família conseguem lidar com as diferenças no que tange a diversidade sexual e fazer o exercício de observar e respeitar esse indivíduo criando uma ambiência de força impulsionando esse indivíduo para progresso e crescimento pessoal e social.

Durante anos população LGBT foi alvo da invisibilidade social e científica, entretanto nos anos 2000, diversos setores da sociedade civil, principalmente o campo do Serviço Social, juntamente com o referido movimento social se organizaram no debate da diversidade sexual, expondo suas lutas e enfrentamentos para garantia e efetivação de seus direitos e acesso a cidadania.

A importância de discutir e luta pela efetivação dos direitos desse segmento da sociedade consiste na proposta urgente de buscar mecanismos, estratégias de enfrentamento para a intolerância, desigualdades para que esses sujeitos tenham acesso aos seus direitos sociais. Deste modo o assistente social deve assumir como referência no seu exercício profissional a luta pela garantia dos direitos respeitando a diversidade e liberdade de expressão na eliminação de todas as formas de preconceito, considerando um dos princípios fundamentais código de ética de 1993 que ensejam e norteiam sua prática profissional: “Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças.” (CFESS, ano p. 23).

Atualmente o referido segmento da sociedade tem adquirido cada vez mais legitimidade e alcançado maior tangibilidade por meio de reivindicações de seus direitos através movimento social LGBT, adquirindo acesso a esses direitos que *a priori* eram desrespeitados ou até inexistentes e, algumas dessas conquistas foram adquiridas principalmente com a contribuição do Serviço Social, deste modo é possível vislumbrar a importância da categoria em discutir e se apropriar do debate dos direitos da população LGBT na garantia de direitos e no enaltecimento da eliminação de toda forma de preconceito. É importante falar sobre o significado a família, pois é nela que são constituídos conceitos, noções acerca da sexualidade e da heteronormatividade nessa perspectiva também é construído a ideia de preconceito e discriminação sexual. Por vezes os indivíduos LGBTs tem seus direitos violados dentro do próprio seio familiar na intolerância a orientação sexual

divergente dos padrões pré-estabelecidos socialmente pela sociedade marcada desde sua origem por uma divisão sexual.

A divisão sexual da sociedade que estabelece relações de poder e submissão da figura do homem outrora nomeado como patriarca que fomentou um caráter heteronormativo nas constituições das relações sociais que, por conseguinte o seu inverso a homossexualidade. Dar visibilidade ao sujeito LGBT é relevante bem como analisar o significado de família e como a sua contribuição na vida desse sujeito, pois é um fator muito importante no processo de construção e inserção na sociedade.

Cabe ressaltar que a escolha desta temática para pesquisar partiu das reflexões de experiências vivenciadas pela própria pesquisadora no âmbito de suas relações familiares, cuja percepção da família sobre o segmento LGBT era envolto por tabus, preconceitos e sentimentos de insegurança quanto ao aceite de um parente homossexual. No entanto, o respeito, o afeto e amor, transcenderam seus valores mais conservadores preestabelecidos, ampliando formas de proteção e acolhimento.

Para a elaboração deste estudo foi realizado a pesquisa bibliográfica e análise cinematográfica sobre o tema. Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes o que corresponde a espaço mais profundo das relações buscando o aprofundamento da compreensão dos valores culturais sociais e éticos, e as relações entre atores, e instituições.

A pesquisa qualitativa aprofunda o estudo da temática, pois trabalha com a percepção, a visão de mundo dos entrevistados acerca de determinados temas que se relacionam aos objetivos do estudo (MINAYO, 2010). Apesar de não termos realizados entrevistas, o material analisado foi profícuo para o entendimento sobre os desafios da temática, como expressão dos dilemas familiares e sociais a serem superados.

A motivação principal para escolha da temática se deu através de pesquisas que foram realizadas acerca da percepção do cinema e da mídia televisiva, mídias sociais no século XXI, no tocante a família e o sujeito LGBT. Diante disso foi possível analisar a maneira que a mídias sociais em geral é responsável pela criação de valores e representações de valores que a própria sociedade reproduziu

no decorrer dos anos. O estudo desse material e ainda com análise da pesquisa bibliográfica, possibilitou a problematização de conceitos que culturalmente foram construídos pela sociedade e naturalizados pelo senso comum. Diante das representações das vivências particulares do sujeito LGBT e a família a partir dos filmes e documentários utilizados como objeto de estudo foi possível analisar as particularidades e especificidades apresentadas por esses atores supramencionados.

Os resultados da pesquisa foram apresentados nesse trabalho, que se desdobra em dois capítulos. O primeiro capítulo versa sobre a construção acerca das concepções sobre a família, com enfoque no modelo familiar brasileiro, no caso a família patriarcal e como ela se transmuta para nuclear burguesa e com o transcorrer do tempo essa instituição acaba se descambiando na contemporaneidade no desenho de novos arranjos. Discutimos também os aspectos jurídicos e as expectativas legais do papel da família, situando esse debate na exigência de que família proteja e cuide, independente de seu arranjo.

No segundo capítulo trazemos uma narrativa que analisa produções cinematográficas e documentários sobre a família e sua influência na construção da vida social do sujeito LGBT. Para isso, contextualizamos o debate sobre movimento LGBT e relações de gênero, de forma quebrarmos os paradigmas tradicionais da constituição familiar.

Por fim, são registradas as considerações finais da pesquisa, que nos levou a certeza de que o amor, o respeito e o cuidado podem construir relações mais justas, éticas e felizes.

1. O QUE É FAMÍLIA? REFLEXÕES ACERCA DO CONCEITO DE FAMÍLIA, DISCUTINDO O SEU PAPEL NA CONSTRUÇÃO DA VIDA SOCIAL DO SUJEITO LGBT

1.1. O que é Família?

Desde o início da humanidade tivemos a existência de uma instituição nomeada como família, com o decorrer dos anos tal categoria atravessou algumas transformações com a evolução da sociedade, o corpo social que naturalizamos e compreendemos como família incorporou novos moldes, que à priori foram conceitualmente e historicamente estabelecidos.

A instituição familiar na contemporaneidade é concebida como espaço privilegiado para promover a proteção de proteção social, educação, formação de pessoas, conceitos, reprodutora de valores e fornecendo os aparatos necessários para construção do sujeito em sociedade.

Segundo NEDER, (2004), do ponto de vista histórico e antropológico não existe um arranjo-padrão de família, ou uma organização específica estipulada para a formação da parentela, desta maneira não existe a chamada família regular, “padrão ou “tradicional“. Ademais família é uma multiplicidade de arranjos que acompanha as diversas transformações da vida social, tais transformações refletem nas novas configurações familiares, o que não determina na formação de um sujeito.

A família pode ser compreendida como sendo um grupo de pessoas que se relacionam entre si, que possuem laços de afinidade ou de convivência, sem necessariamente estarem ligadas por consanguinidade ou por grau de parentesco (SILVA et al (2015), apud Cerveny, 2011, p.679)

Portanto, podemos considerar família uma projeção construída historicamente, que pode variar o seu desenho, no entanto sua essência de carinho, afeto amor e solidariedade a permanece mesma. Todavia, observamos que com o passar do tempo fomos experimentando diversos arranjos e concepções de família que, por seguinte, forjaram um determinado paradigma na sociedade. No Brasil, é possível caracterizar o arranjo de família tradicional através das vivências experimentadas na época da formação da família patriarcal, conforme análises apresentadas na obra Casa Grande & Senzala de Gilberto Freyre.

A família patriarcal, como o próprio nome explicita, descreve-se por ter como figura central o patriarca, ou seja, o “pai”, “genitor”, nomeado muitas vezes como o “provedor” que é ao mesmo tempo chefe deste grupo social, (filhos e parentes com laços sanguíneos) e administrador de toda a extensão econômica e de toda influência social que a família exerce na sociedade.

Casa-grande & Senzala tem como cerne as origens da sociedade brasileira compreendida pela dinâmica da Casa Grande no período do Brasil Colonial. A casa-grande é utilizada como uma metáfora do Brasil colônia, cuja sociedade foi estruturada pela atividade econômica, a monocultura açucareira; resultando a construção da família patriarcal.

Freyre (2006) corrobora a construção da sociedade brasileira a partir das contribuições das raças branca, índia e negra, discute a relação da sociedade que teve seu desenvolvimento no nordeste do território brasileiro composto por escravos africanos que deviam se sujeitar as explorações dos portugueses tanto nas relações de trabalho como sexuais produziu a base do que seria a sociedade brasileira.

O sistema patriarcal de colonização portuguesa do Brasil, representado pela casa-grande, foi um sistema de plástica contemporização entre duas tendências. Ao mesmo tempo que exprimiu uma imposição imperialista da raça adiantada à raça atrasada, uma imposição de formas europeias (já modificadas pela experiência asiática e africana do colonizador) ao meio tropical representou uma contemporização com as novas condições de vida e de ambiente.(FREYRE, 2006, p. 35)

A família brasileira teve com base da sua formação a estrutura multiétnica e pluricultural devido a imensa extensão territorial brasileira, colonizada por povos diferentes que foram grandes determinantes para o surgimento de uma maior diversidade de culturas e, por conseguinte, de famílias em território brasileiro.

Destaca-se três arranjos de famílias que foram marcantes no período da colonização do Brasil, as famílias padrões, as conhecidas como nuclear burguesa, a família escrava, as menos abastadas “pobre” carentes e as famílias mestiças que possuem a origem da miscigenação.

A família patriarcal se constituiu através de influências coloniais, quando os portugueses chegaram em territórios brasileiro, neste período também ocorreram os primeiros contatos com os indígenas que habitavam no Brasil. Em cada região do território possuía um arranjo de construção de família de origem indígena, mas com o início da colonização e a chegada de novos povos no território brasileiro esses arranjos também foram se transformando e se construindo formatos de família representados a partir das suas realidades.

É inegável que a família tradicional brasileira foi forjada nas bases da família patriarcal, é extensa e, composta por pai, mãe, prole e avôs, todos os membros do núcleo compartilhando o mesmo espaço, onde a figura do homem (patriarca) é considerado ator indispensável que detém o único poder absoluto. Nesse cenário a mulher, mãe representa a reprodutora a qual tem uma posição totalmente desprivilegiada dentro desta família, além de ser completamente submissa a imagem do patriarca.

No Brasil imperou, desde tempos remotos, o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização – que não resulta unicamente do crescimento das cidades, mas também do crescimento dos meios de comunicação, atraindo vastas áreas rurais para a esfera de influência das cidades – ia acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permaneceram vivos ainda hoje. (HOLANDA, 1995, p. 145)

Segundo Neder (2004), a família tradicional brasileira também conhecida como família patriarcal (de origem ibérica) mencionada na grande obra Casa Grande & Senzala de Gilberto Freyre traduz diferenças territoriais de acordo com as particularidades de cada região do Brasil. Tal retórica se refere ao fato de que em determinados regiões as concepções do papel da mulher no seio da sociedade tinham variadas configurações, ou seja, na região nordeste do Brasil a figura da feminina ficou marcada pela “sinhazinha”, a jovem moça que precocemente era impulsionada para desempenhar o papel de zelar pelo seu lar, e se submeter as vontades do seu esposo. Diante desse contexto a conhecida Casa grande era dominada pelo autoritarismo solene do senhor de engenho.

O fato do homem ser identificado como a figura de autoridade, no entanto não significa que a mulher não a tenha. Existe uma divisão complementar de autoridades entre homem e a mulher na família que corresponde à diferenciação entre a casa e família. A casa é identificada como a mulher e a família é identificada como homem. (SARTI, 1994,p.47)

Nesta perspectiva a figura masculina criou poder sob a instituição familiar e, por conseguinte da mulher. Todavia na zona sul, por exemplo, o papel mulher tinha outras peculiaridades devido a grande tática de colonização que densamente marcava o território por forças militares, a qual forjava uma nova atribuição às mulheres no daquele local. As chamadas bandeirantes residiam na região de São Paulo e eram responsáveis pela administração de propriedades, e por laborar no lugar dos homens em sua ausência, o que ocorria constantemente, desta maneira a efígie feminina exercia um papel ativo diferente do papel da sinhazinha.

Entretanto, não obstante o homem ainda possuía centralidade nas relações sociais, e era reconhecido como a figura fundamental da composição da família patriarcal. O homem neste período era compreendido como detentor do poder absoluto, principalmente possuindo terras e bens materiais como os senhores de engenho. “Da necessidade de se regular as relações sexuais e a contribuição da espécie, surgiu um conjunto de práticas que se cristalizam e deram origem as instituições reconhecidas como casamento e família”. (NADER,1992, p.55)

A figura masculina foi protagonista de uma construção histórica de um modelo familiar, e obteve grande impacto na criação de um determinado modelo de família que socialmente foi naturalizado e incorporado por gerações seguidas no transcorrer dos anos. “O mundo familiar mostra-se numa vibrante variedade de formas de organização, com crenças, valores e práticas desenvolvidas na busca de soluções para as vicissitudes que a vida vai trazendo”. (SZUMANSKI, 2003, p.27)

Nas últimas décadas, a sociedade brasileira passou por profundas transformações demográficas, econômicas e sociais que repercutiram intensamente nas diferentes esferas da vida familiar. (RIBEIRO, 2004, p. 133)

Com o casamento, ideal é a formação de um núcleo independente porque uma família precisa de uma casa; aliás, para viabilizar uma família quem casa, quer casa.(SARTI, 1994,p.47)

De acordo com Sarti (1994) o modelo de família patriarcal e seus conceitos tradicionais se transmutou em modelo de família nuclear burguesa a partir do período da industrialização e com ápice da urbanização do Brasil.

À vista disso, através do início do capitalismo o modelo de família nuclear burguesa foi se moldando a partir da divisão de classes sociais, na existência da classe média nas sociedades europeias. Outrossim com a expansão da família nuclear em contrapartida ocorreu simultaneamente o surgimento da família proletária, ou seja, essa perspectiva evolutiva transformou as origens da do núcleo familiar, e por conseguinte suas formas.

Analisando o conceito de família nuclear burguesa podemos compreender que ela é uma instituição social que o ser humano naturalizou e transformou em uma espécie de seio de proteção entre os grupos. A modelo de família nuclear foi derivado do modelo de família patriarcal, uma vez que o homem é responsabilizado de prover os alimentos e sustentar o ambiente familiar e a mulher foi intitulada como figura zeladora do lar.

Nos casos em que a mulher assume a responsabilidade econômica da família, ocorrem modificações importantes no jogo de relações de autoridade e efetivamente a mulher pode assumir o papel masculino de “chefe” (de autoridade) e definir-se como tal. A autoridade masculina é seguramente abalada se o homem não garante o teto e o alimento a família , funções masculinas, porque o papel de provedor a reforça de maneira decisiva.(SARTI, 1994, p.48)

A família nuclear tem como principal característica o conceito de família que foi desenvolvido no Ocidente para se referir ao grupo familiar que é formado por: Os pais e sua prole. Essa instituição reprodutora de valores foi incorporando mudança nas suas estruturas diante da evolução da sociedade, transformações sociais e culturais ocasionaram uma expansão universal no conceito de família.

Ainda no século XVII, na Europa , a população mais pobre e mais numerosa “...vivia como as famílias medievais com as crianças afastadas dos pais.”Esta população vivia de forma semelhante aos agregados da casa-grande patriarcal do Brasil na mesma época. (Ariès 1975,p 271 et al Szymasky 2003)

É por meio da instituição familiar que são criados costumes, tradições, conceitos de valores, projeções de condições de vida, desta maneira através das seguidas gerações familiares vão sendo reproduzidos tais costumes. Na perspectiva

da família nuclear burguesa o homem é a figura de autoridade sobre os demais membros, com isso foi sendo atribuída a figura masculina funções como; proteção, coerção, liderança, e principalmente a ideia de que a mulher é responsável para reprodução e educação dos filhos e manter a ordem do lar, sendo complacente com seu esposo e dedicada a sua família.

O conceito denominado como o arranjo de família nuclear burguesa, à priori era designado como arranjo padrão adotado pela sociedade heteronormativa. Nessa perspectiva projetamos a concepção da existência de recorte de gênero familiar baseado estritamente na composição da família nuclear burguesa, homogênea constituída por pai, mãe e filho, no seio da sociedade.

A ideia de família dos nossos pais, não é a mesma dos nossos avôs e, por conseguinte, não será a mesma dos nossos filhos mediante as constantes transformações societárias vivenciadas.

As mudanças são particularmente difíceis, uma vez que as experiências vividas e simbolizadas na família têm como referência, a respeito desta, definições cristalizadas que são socialmente instituídas pelos dispositivos jurídicos, médicos, psicológicos, religiosos e pedagógicos, enfim, pelos dispositivos disciplinares existentes em nossa sociedade, os quais têm nos meios de comunicação um veículo fundamental, além de suas instituições específicas. Essas referências constituem os “modelos” do que é e como deve ser a família, ancorados numa visão que a considera como uma unidade biológica constituída segundo leis da “natureza”, poderosa força simbólica. (SARTI 2000, p.34 e 35)

Arranjos familiares vão sendo construídos no decorrer do tempo e quando intitulos ao arranjo de família nuclear burguesa acabamos gerando preconceito e discriminações, uma vez que as mudanças da sociedade abarcam diversas configurações de família. Com o desenvolvimento das forças produtivas, o capitalismo instituindo novas práticas e experiências de vida, novos arranjos de família a partir da subjetividade de cada individuo que compõe a sociedade.

Segundo Monteiro e Grubba (2017) relatam, durante o Brasil Colônia a mulher era compreendida pessoa incapaz, necessitando da tutela de seus genitores, familiares ou cônjuges após o casamento, esse cenário permaneceu imutável até o início do Brasil Republicano no surgimento da Revolução Industrial, que inseriu a mulher no mercado de trabalho, contudo as condições eram extremamente precárias e não tinha o mesmo tratamento direcionado aos homens. É incontestável que o processo de inferiorização da mulher foi um processo culturalmente naturalizado pelo

modelo de sociedade que foi construída com o decorrer dos anos, afetou o progresso da mulher perante a sociedade.

O primeiro momento do feminismo da primeira onda foi caracterizado pelo seu cunho conservador, questionando a divisão sexual dos papéis exercidos entre homens e mulheres. As mulheres contestavam as diferenças contratuais e econômicas, diferença na capacidade por escolher aquilo que lhe era conveniente, ou seja, diferença na liberdade que lhes era concedida e, sobretudo, a diferença política, pois eram proibidas de votar e escolher por quem gostariam de ser representadas. (MONTEIRO; Kimberly; GRUBBA, 2017, p.268)

Ainda no período ditatorial às mulheres brasileiras tinham difícil acesso ao mercado de trabalho, a condição de escolarização, no entanto esse processo foi modificado com as primeiras lutas das mulheres, reivindicando o acesso ao voto e a igualdade sexual. Neste contexto as feministas tiram uma grande contribuição da bióloga Bertha Maria Júlia Lutz que foi uma das principais responsáveis pela representatividade feminina na formulação de leis que permitiam o direito da mulher ao voto.

Embora as desigualdades salariais significativas entre homens e mulheres que ocupam as mesmas funções permaneçam, é inegável que a crítica feminista sobre as desigualdades no mercado de trabalho teve papel importante na intensa diversificação, em termos ocupacionais, experimentada pelas mulheres nas últimas três décadas. Um dos orgulhos do movimento feminista brasileiro é o fato de, desde o seu início, estar identificado com as lutas populares e com as lutas pela democratização do país. (CARNEIRO, 2003, P.118)

Diante dessa retórica é possível deslindar que o acesso à qualidade de vida e direitos direcionado as mulheres foram conquistas incorporadas paulatinamente com o decorrer dos anos, outrora o papel da mulher era compreendido como essencialmente mãe cuidadora do lar e esposa submissa, contudo a partir do processo da emancipação feminina as mulheres começaram a vislumbrar outros papéis na sociedade principalmente o acesso aos seus direitos essenciais.

1.2. Desconstruindo e reconstruindo concepções um novo olhar sobre família através dos novos arranjos Familiares.

As mudanças são particularmente difíceis, uma vez que as experiências vividas e simbolizadas na família têm como referência, a respeito desta,

definições cristalizadas que são socialmente instituídas pelos dispositivos jurídicos, médicos, psicológicos, religiosos e pedagógicos, enfim, pelos dispositivos disciplinares existentes em nossa sociedade, os quais têm nos meios de comunicação um veículo fundamental, além de suas instituições específicas. Essas referências constituem os “modelos” do que é e como deve ser a família, ancorados numa visão que a considera como uma unidade biológica constituída segundo leis da “natureza”, poderosa força simbólica. (SARTI, 2011, p. 33 e 34)

Quando analisamos o conceito de família na sua forma primitiva nos referimos a um desenho traçado historicamente pré estabelecido a partir da construção social de um sociedade de uma determinada nação ou território, isto é o arranjo de família estabelecido no Brasil pode ser diferente do construído em outros países, como por exemplo a Europa, países Islâmicos que possuem culturas distintas, subjetividades e particularidades. Dessa maneira é paradoxal analisar a família como uma entidade homogênea, pois possui diferenças que as tornam heterogênea, a todo o momento em transformação, pois s moldes familiares atravessam questões que vão além da perspectiva de gênero, mas perpassa por questões de classe, práticas culturais, estilos de vida, religiosidades, ética, ritos, crenças, valores morais e etc.

Podemos considerar a família como um grupo de pessoas portadoras de particularidades , que se relacionam cotidianamente, pessoas que traçam uma complexa rede de relações e emoções, que não necessariamente homogêneas ou integrativas.(Zacaron, 2013 p. 169)

Podemos compreender por família uma rede que ultrapassa meros sistemas classificatórios, pois são construídos além dos fatores culturais, biologistas, e determinantes de uma sociedade, mas é uma instituição construída através do cuidado, do afeto, carinho e principalmente da solidariedade.

Segundo Nader (1992) A família é uma instituição universal e encontrada em todas as civilizações, instrumento de inúmeras discussões por grandes autores.

O exercício do cuidado como carinho, afeto, solidariedade de uma família ao longo do tempo vai se redefinindo a partir da necessidade que vai desenvolvendo para proteger seus membros. A família é heterogênea na sua forma, bem como no seu “conteúdo” que se refere (demonstrações de amor, carinho, afeto), podem ser diversificados, por isto devemos nos atentar na formação do “conteúdo” de cada família e não no seu arranjo. Quando nos referimos aos arranjos de famílias e suas relações no contexto social, não podemos deixar de mencionar a uma rede de relações que esta parentela está ligada.

A partir da construção social que a figura da mulher representa na sociedade como zeladora do lar, submissa aos seus esposo e pessoa responsável para cuidar dos filhos, o modelo de família nuclear burguesa vai se legitimando, no entanto como qualquer corpo social a família atravessa conflitos e limitações.

De acordo com Sarti (1988), a modernização da mulher brasileira se constituiu a partir dos anos 60, quando a mulher começou a se enxergar como um ser que tinha interesses individuais dentre eles o direito ao seu próprio corpo, tendo acesso a métodos contraceptivos, também a oportunidade de obter uma formação superior e inserção no mercado de trabalho etc. Essas foram conquistas que as mulheres vislumbraram e alcançaram a partir da sua organização e luta, configurada dentro de uma sociedade extremamente hierarquizada por questões que perpassam gênero, raça e classe social que produz valores diferenciados para homens e mulheres.

A partir do movimento feminista em cena as mulheres se inserem como novas atrizes na sociedade desta maneira se tornam protagonistas das lutas sociais desde período reivindicando seu espaço dentro do corpo social, elaborando novas pautas se desprendem da rotina doméstica e buscam novos ambientes para discussões das suas necessidades bem como para a defesa de pautas como também o acesso a educação que à priori não era concedido as mulheres.

“As distintas intervenções tecnológicas, entretanto, atingem diferentemente a concepção de família”. (Sarti, 2011, p.32).

No Brasil, o conceito de família teve uma grande influência da Igreja católica através do direito canônico, que regulava a vida do sujeito por meio dos grupos sociais existentes. Nesse contexto a igreja católica transformou o casamento em uma instituição sacralizada e indissolúvel, a única formadora da família cristã, constituída pela união entre duas pessoas de sexos distintos, o homem e a mulher, unidos através de um ato solene, o casamento.

A família nuclear possui relativa autonomia dos restantes dos membros, em suas relações mantém uma ordem organizada por gênero. No período do Brasil colônia o país era marcado por um sistema puramente patriarcal as mulheres não possuíam seus próprios direitos naquela época suas funções destinavam estritamente em atividades domésticas e exercer o papel de esposa, mãe e em

contrapartida o homem tinha uma posição de poder e seria a única autoridade dentro do seu seio familiar.

Mendes; Vaz e Carvalho (2015) elucidam que frente às desigualdades salariais e as condições sub-humanas de trabalho que eram submetidos mulheres e crianças no período da revolução industrial, resultou na criação do Movimento Feminista no Brasil, com intuito realizar reivindicações no tocante aos seus direitos bem como as desigualdades de classe, gênero e etnia.

Foi durante a ditadura militar, quando existiam as torturas a presos políticos, a homens, mulheres e crianças supostamente participantes de movimentos políticos, que o movimento feminista foi capaz de promover uma série de argumentos iluminando as ligações da violência contra a pessoa e a violência contra as mulheres na esfera doméstica. (DELGADO; SOARES, 1993 p.13)

Freyre (2006) narra que no período do Brasil colônia era costume que as mulheres se casavam muito jovens, com a idade de doze, treze e quatorze anos e, se casavam com homens mais velhos de trinta anos, quarenta anos até meados do século XIX eram comum casamentos de moças de quinze anos com velhos de setenta anos.

Naquele período as mulheres eram impulsionadas para viver um casamento e condicionadas para vivenciar experiências da vida adulta ainda adolescentes, nem sequer tinham a oportunidade de escolher pelo seus maridos, com o passar do tempo essa ideia foi sendo naturalizada com a formação da sociedade brasileira e desmitificada pelas próprias mulheres na luta pela sua emancipação.

O grande marco que redefine a questão das relações familiares foi às lutas das mulheres, quando elas se inserem no mercado de trabalho, se imputam do papel meramente de mãe dona do lar e começa a reger e decidir suas ações, seus desejos e aspirações sobre a maternidade e a maternagem. Nesse contexto histórico as mulheres tem um grande poder decisório sobre si mesmas e, passam a exercer sua sexualidade de uma forma mais livre.

“As questões propriamente feministas, as que se referiam à identidade de gênero, ganharam espaço quando se consolidou o processo de ‘abertura’ política no país em fins da década de 1970.” (SARTI, 2004 p.36)

É explícita a influência do patriarcado na construção e evolução social humana, afetando diretamente na imagem da mulher e seu papel social e familiar. A

concepção errônea da existência de uma superioridade masculina em detrimento da figura feminina que proporcionou a mulher um lugar de subalternidade e invisibilidade no seio da sociedade, fruto de uma naturalização do patriarcado.

Desde a Grécia antiga, grandes filósofos como Aristóteles já sustentavam essa ideia de submissão da mulher e superioridade do homem e a partir da institucionalização da família, propriedade privada e acúmulo de bens a sociedade vai ser caracterizada pelo arranjo patriarcal e o papel “doméstico” da mulher vai ser cada vez mais afirmado. (MENDES; VAZ; CARVALHO, 2015.p. 90)

Em meados da década de 60, iniciou-se o primeiro sufrágio feminino países como Estados Unidos e Europa e Inglaterra onde mulheres brancas de classe média se propuseram a ir para as ruas para protestar sobre seus direitos por democracia e igualdade política e principalmente e a pauta sobre o direito ao voto estavam entre suas reivindicações.

As lutas do movimento de mulheres trouxeram muitas transformações para a sociedade, com o decorrer do tempo o movimento feminista foi se tornando cada vez mais complexo e difuso, pois abarcam diversas pautas no que tange a figura feminina, tais mudanças alcançaram a denominada família. A família foi absorvendo novos arranjos a partir do momento que a matriarca reivindica seu papel no contexto societário marcado por um sistema patriarcal, machista e sexista.

Todavia a família não perdeu a sua essência e seus significados na sociedade, porém o modelo padrão nuclear burguês deixou de ser o parâmetro para a formação de famílias no Brasil. Desde o momento que as mulheres adquiriram consciência de gênero e lutaram pela igualdade entre os binarismos ocorreu uma revolução interna na própria figura feminina motivando uma renovação externa na sociedade.

Diante da militância das mulheres e com as mudanças societárias vivenciadas por elas foram se construindo e reconstruindo novos moldes familiares, no entanto desde a construção da constituição federal de 1988, no seu capítulo VII artigo 226, explicita que a família é a base da sociedade e tem especial proteção do estado.

1.3. Relações Familiares e suas controvérsias: Um ambiente de proteção ou desproteção social?

Falar em família neste começo do século XXI, no Brasil, como alhures, implica a referência a mudanças e a padrões difusos de relacionamentos. Com seus laços esgarçados, torna-se cada vez mais difícil definir os contornos que a delimitam. Vivemos uma época como nenhuma outra, em que a mais naturalizada de todas as esferas sociais, a família, além de sofrer importantes abalos internos tem sido alvo de marcantes interferências externas. (SARTI, 2000, p. 31)

A família é uma instituição de suma importância no tocante a socialização do indivíduo, pois é nela que apreendemos os valores, hábitos e costumes que nos preparam para a convivência nos espaços públicos. A família também é o espaço que media, no plano imediato, o acesso a meios que garantem nossa sobrevivência.

Assim, podemos construir novos grupos sociais e relacionamentos a partir do que aprendemos das experiências na família.

Conforme o contexto social vivenciado, a família se adapta e vai se transformando em seu formato. “Vale salientar que a família, como organismo natural, não acaba e, enquanto organismo jurídico requer uma nova representação; mesmo com as últimas alterações no Código Civil.” (LOSACCO, 2016, p.3)

Nosso desenvolvimento humano e como cidadãos passam pela família ao estabelecer a base para nossas relações sociais, proporcionando ao indivíduo os elementos necessários para sua sobrevivência.

Quando se lida com o meio familiar, é preciso compreender que há uma multiplicidade de processos que podem ser entendidos como constituintes da moralidade familiar. Essas questões se organizam em torno de noções como hierarquia, autoridade, reciprocidade e afeto, questões que estão bem presentes toda vez que se debruça sobre a realidade social da família (Sarti, 1996). Ao abordar essas noções como bases morais da família, é inevitável entendê-las como associadas a gênero, geração, parentesco e individualidade. Conseqüentemente, para pensar a dinâmica e a operacionalidade das noções de família e sua relação com as velhas e as novas leis, pode-se perguntar: O que faz uma família girar? Partindo do princípio de que a família não é uma entidade parada à qual se aplique uma única moralidade, o que se quer identificar é uma conjunção de diversas forças para as quais confluem todas essas questões. (SCOTT, 2011, p.125)

Deste modo estipulamos formas de vivenciar a família com papéis e deveres a serem cumpridos por homens e mulheres. No modo de produção capitalista, o ideal de família se transmutou para um modelo chamado de família nuclear

burguesa, que estabelece um padrão do homem provedor, da mulher cuidadora e dos filhos.

A família é responsável, na sociedade capitalista, para garantir a produção material e cultural de seus membros. Diante disso a família reproduz os antagonismos e contradições inscritos no processo de produção e reprodução da vida social, reproduzindo as mazelas que a sociedade atravessa. Assim as relações familiares são perpassadas não somente pelo afeto e cuidado mútuo e proteção, mas também são marcadas pela violência, discriminação e intolerância.

De acordo com Alencar (2004) pontua que a família é reconhecida na sociedade capitalista como elemento central no âmbito da garantia da sobrevivência de seus membros, tendo em vista a transferência de responsabilidades para tal esfera privada, o que produz a tendência de despolitizar as questões vinculadas à reprodução social dos trabalhadores.

A autora problematiza ainda os impactos nefastos dos processos de precarização do trabalho desde a ofensiva neoliberal nas estratégias de reprodução dos trabalhadores e de suas famílias, que impõe dificuldades de monta para o provimento do sustento de seus membros.

A noção de família define-se, assim, em torno de um eixo moral. Suas fronteiras sociológicas são traçadas a partir de um princípio da organização moral que fundamenta a família, estruturando suas relações. Dispor-se às obrigações morais é o que define pertinência ao grupo familiar. (SARTI, 1994, p.52)

Outrossim, Alencar (2004) analisa que a família tem sido inscrita nas políticas sociais (em especial da assistência social) como o alvo central das ações dos seus respectivos programas - o que evidencia e reforça o processo de transferência de responsabilidades para a esfera privada, o que lhe imputa o fracasso ou o sucesso na execução de tais funções.

Assim, em um contexto marcado pelo aumento do desemprego, no qual torna-se cada vez mais difícil a obtenção do trabalho assalariado e, por consequência, o acesso à cidadania, a família vem se tornando, talvez, quase única possibilidade real para indivíduos proverem as suas necessidades, principalmente diante da inoperância ou mesmo ausência de mecanismos de proteção social que levam em consideração os efeitos sociais recentes dos problemas originados da precarização do trabalho. Todavia, é preciso considerar que no quadro de crise

econômica ressurgem os discursos e as práticas de revalorização da família que, fundamentados numa concepção ideológica de cunho conservador, promovem e disseminam a proposição de que a família é a grande responsável por prover as necessidades dos indivíduos. (ALENCAR, 2004)

A família, nas suas mais diversas configurações constitui-se como um espaço altamente complexo. É construída e reconstruída histórica e cotidianamente, através das relações e negociações que estabelece entre seus membros, entre seus membros e outras esferas da sociedade e entre ela e outras esferas da sociedade, tais como Estado, trabalho e mercado. Reconhece-se também que além de sua capacidade de produção de subjetividades, ela também é uma unidade de cuidado e de redistribuição interna de recursos. (MIOTO, 2010,p.167 e 168)

Entretanto, a família tem encontrado dificuldades em se manter como referência para os seus membros e ainda de cumprir suas funções de reprodução social e cultural.

Apesar de vermos hoje a configuração familiar modificar-se profundamente, o imaginário social (ou o que na nomenclatura acadêmica é chamado de "representação social") de família ainda é o modelo estrutural de família burguesa como norma e não como um modelo construído historicamente, aceitando se e perpetuando-se os valores, as regras, as crenças e os padrões emocionais impressos nesta representação. As interpretações sobre as novas configurações e sobre as inter-relações entre aqueles que a compõem ainda são feitas no contexto estrutural da família monoparental. Quando se apresenta diferente desta referência, ainda é denominada como "desestruturada" ou "incompleta", fato considerado a gênese de todo e qualquer problema de ordem emocional e/ou comportamental. Mesmo com todos os avanços, ainda é vigente a confusão entre casamento e família; entre casamento e parceria sexual; entre parceria sexual e vínculo afetivo.(LOSACCO, 2016,p.3)

Se o olhar for lançado para a instituição família, que é a primeira instituição de socialização em que os sujeitos são inseridos, observa-se que ela tem sido atingida duramente por estas transformações no processo de sociabilidade, que ora está inscrito na sociedade capitalista.

Não devemos reproduzir o mito que a instituição familiar é um ambiente somente de proteção. Segundo Alencar (2004) as famílias tem dificuldades de garantir sua reprodução material e imaterial. Nessa perspectiva, a família é uma instituição cujos membros também vivenciam e experimentam relações de opressão, violência, discriminação e preconceitos. A família reproduz, em seu âmbito privado, relações estabelecidas no espaço público, conforme discutido anteriormente. Tais

dificuldades refletem, assim, no desempenho das funções atribuídas à família pela a sociedade, em especial pela legislação que trata da matéria.

A legislação brasileira conceitua a família enquanto família:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. (Regulamento)

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos.

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 66, de 2010)

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas. Regulamento

§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

(BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988)

Conforme descrito, a legislação afirma a instituição família enquanto espaço de proteção e cuidado. É notório que, por meio das leis, a sociedade almeja que a família seja fonte de relações positivas que promovam o bem estar e desenvolvimento dos sujeitos. Inclusive, no campo da atenção a criança e o adolescente, a legislação prevê que a colocação em família substituta em casos de impossibilidades dos genitores ou da família extensa de assumir tais cuidados.

Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 1º Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 3 (três) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou

multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou pela colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.509, de 2017)
(BRASIL, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990).

Comparar o que está posto na legislação sobre as funções da família e o debate sobre os problemas enfrentados no âmbito dessa instituição é concluir então que a família é recheada de controvérsias e tensões.

1.4 Serviço Social e a sua aproximação do movimento LGBT

O serviço social profissão regulamentada pelo Conselho Federal de Serviço Social CFESS/CRESS, tem o compromisso de defender os interesses da classe trabalhadora bem como tem estabelecido como um dos princípios inscritos no código de ética vedar qualquer tipo de conduta discriminatória ou preconceituosa, por orientação ou expressão sexual por pessoas do mesmo sexo no seu exercício profissional. Diante disso desde o ano de 1980 tem se aproximado o Movimento LGBT fomentando discussões em eventos produzidos pela categoria profissional. O CFESS/CRESS também motivou a criação de palestras para se discutir a homofobia e outras práticas discriminatórias vivenciadas pelos LGBT se unindo enquanto categoria profissional na luta para os direitos dessa população.

A atuação do profissional do Serviço Social junto aos movimentos sociais deve ir de encontro às demandas e reivindicações das classes necessitadas e nas formas de organização das mesmas. Ao se comprometer com as lutas sociais, o Assistente Social concretiza os princípios estipulados no seu projeto ético-político, o que acaba trazendo uma legitimidade à profissão. (BEZERRA et al, 2013, p. 322)

Podemos identificar mudanças no processo de cidadania e constituição de direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais “Q”, para designar as pessoas que se identificam como Queer, questionando a identidade sexual; o “I”, para os intersexuais, (LGBTQI) com ênfase na área da saúde seus enfrentamentos a conquista de programas e movimentos sociais e toda a trajetória sócio - histórica percorrida por esse segmento da sociedade.

Historicamente as produções acadêmicas referentes à diversidade sexual se prendiam na área da antropologia e no âmbito da saúde coletiva, a princípio com ênfase no comportamento e as relações homossexuais porque sugere uma tendência de estereotipar esses sujeitos se preocupando apenas com os aspectos biológicos, e as doenças que esses indivíduos poderiam transmitir através de suas práticas sexuais e não pensando como sujeitos direitos. Entretanto o debate divergia das concepções e dos estudos feministas referentes aos direitos sexuais e reprodutivos dos sujeitos, porém o debate acerca dessa temática foi deixado para segundo plano.

No ano de 1986 abordagens da temática no que tange a sexualidade foram evidenciadas no Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), na cidade do Rio de Janeiro. Durante este encontro foram pautadas diversas questões relevantes para a luta da liberdade e igualdade sexual no país, com a participação de membros do movimento estudantil participantes do segmento LGBT e a presença de uma feminista.

De acordo com Duarte (2014), o debate sobre sexualidades aparece pela primeira vez no Serviço Social em 1986, ano de aprovação do quarto Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais de 1986. O debate foi promovido no Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS) realizado na cidade do Rio de Janeiro, tendo como sujeitos impulsionadores o movimento estudantil da época, composto pelos/as graduandos/ as do curso de Serviço Social, dentre eles, alguns estudantes gays e lésbicas. (MENEZES, 2017, p.123).

A população LGBT diversas vezes alvo da invisibilidade social e científica. Nos anos 2000, diversos setores da sociedade civil, principalmente o campo do Serviço Social, juntamente com o movimento social se organizando no debate no campo da diversidade sexual, expondo a luta da população LGBT pela garantia e efetivação de seus direitos e acesso a cidadania.

Com o advento da epidemia de AIDS, houve um crescimento significativo dos estudos acerca da homossexualidade, motivados especialmente pelas experiências do movimento homossexual, atual movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais). (IRINEU, 2014, p. 194 e 195).

É importante ressaltar que mesmo analisando uma grande mudança em relação a tais debates e reflexões, para alguns profissionais e acadêmicos do Serviço Social as questões pertinentes à população LGBT ainda são desconhecidas ou pouco compreendidas. Segundo Marcelino (2015) isto ainda acontece pelo fato de que a diversidade sexual e de gênero se faz

presente de maneira carente nos discursos acadêmicos e poucas são as universidades que incluem tal temática na formação destes profissionais. (MENEZES; SILVA 2017, p.123).

O debate sobre o tema da sexualidade, orientação sexual e diversidade de gênero e com o movimento social LGBTQI em cena desencadearam a produção de uma série de publicações, encontros com pauta no assunto, congressos científicos e pesquisas acadêmicas. Esse crescimento não se restringiu apenas ao campo da educação, mas se expandiu para as áreas da saúde, assistência social e direitos humanos o qual resultou na criação no ano de 2004, do Programa Brasil Sem Homofobia (BSH).

Em resposta a esse percurso histórico do movimento social LGBT, em 2004, o governo federal lançou o Programa Brasil Sem Homofobia (BSH), o qual não contou com financiamento público, no sentido de atender as suas demandas com relação a vulnerabilidades específicas, tendo em vista que são sujeitos submetidos a várias formas de preconceito, discriminação e marginalização, inclusive nos territórios dos serviços técnico-assistenciais de saúde, nos seus variados níveis de atenção e cuidado [...]. (DUARTE, 2014 p. 85)

Nesse ínterim com o surgimento de ações governamentais direcionadas a população LGBT no ano de 2004, período que o presidente Lula governava o país, o Plano Plurianual – (PPA) programou a criação do Brasil sem Homofobia (BSH).

Em 2008, portanto, foi realizada a I Conferência Nacional LGBT e, “das 559 propostas consolidadas no Relatório Final, 167 correspondem à área da saúde. No referido documento, temos um total de 166 estratégias de ação, destas, 48 dizem respeito ao campo da saúde” (DUARTE, 2011, p. 90)

Mesmo diante dos programas instituídos nesse período o posicionamento do governo em relação a esse segmento da sociedade permaneceu sem nenhuma mudança possibilitando autonomia e inserção de ONGs para o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas a população LGBT, desresponsabilizando o governo no dever de executar políticas públicas para esse segmento da sociedade.

[...] as ações compreendidas no Programa Brasil sem Homofobia (BSH) tiveram o protagonismo da execução centralizado nas mãos das ONGs de ativismo, o que demonstra a falta de expertise no debate sobre a efetivação dos direitos LGBT, que pode ser reflexo de uma histórica não responsabilização do Estado com a prestação de serviços sociais a essa população, que se iniciou com a epidemia da AIDS. (IRINEU, 2014, p.197).

Analisando a atuação do Serviço Social em ONGs e Centro de Referência em Direitos Humanos e de Combate e Prevenção à Homofobia, Silva (2015) mostra a contribuição da profissão no processo de empoderamento dos

militantes e usuários/as LGBT na luta pela garantia de direitos e no combate ao preconceito e à discriminação. [...] (MENEZES; SILVA 2017 p.125).

Outra conquista marcante para a população LGBTQI foi a criação em 2008 a partir Sistema Único de Saúde a formalização do processo transexualizador da Resolução nº 1.652/2002, que foi revogada pela resolução do CFM nº 1955/2010, que legaliza o processo de transformação plástico-reconstrutiva da genitália externa, interna, e considera a realização de cirurgia de redesignação sexual do(a) transexual como não crime no país. Entretanto o processo de transgenitalização já estava em curso no Brasil desde 2002, mas de forma ilegal.

Em 2009 foi lançado o Plano Nacional de Promoção da Cidadania LGBTI, mas somente no ano de 2010 foi aprovada a Saúde Integral LGBTQI. A Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu a resolução 17/19, referente as discriminações e violências contra a população LGBT em diferentes países.

“O Plano LGBT foi construído por uma equipe técnica com servidores de todos os ministérios, o que o diferenciou do BSH, não tendo participação de representantes do movimento LGBT em sua sistematização.” (IRINEU, 2014, p. 202)

No que se refere à visibilidade adquirida pela população LGBTQI, é válido salientar grandes desafios enfrentados por esse segmento da sociedade, preconceitos, discriminações, as constantes violações aos direitos desses sujeitos, presentes principalmente no âmbito da saúde.

Cabe destacar que muitos, ao insistirem em enquadrá-los no lugar próprio da patologia, do desvio e da segregação social, mesmo que não o sejam nas normatizações, mantêm esse discurso de forte conteúdo higiênico e moralista que foram impostos não somente pelo viés do conservadorismo da ordem médica, desde que a questão da orientação sexual foi retirada da tutela policial por afetar a ordem pública, mas também pela esquerda stalinista, quando muitos homossexuais foram exilados, mortos ou presos e torturados, sob o rótulo de que se enquadravam no “desvio pequeno burguês”, como até mesmo como vistos enquanto “pecaminosos” (SEFFNER, 2011, p. 67) pela via de um certo fundamentalismo religioso presente na sociedade e conseqüentemente pelo credo de alguns profissionais da saúde.(DUARTE, 2014, p. 87 e 88).

No que tange a atuação dos assistentes sociais relacionado a temática de gênero de diversidade sexual, a população LGBT se torna alvo das demandas do trabalho profissional, que tem como dever a luta para garantia de direitos, acesso as políticas públicas, tanto quanto a visibilidade desses sujeitos no âmbito da

sociedade. Uma luta de desconstrução de estigmas e preconceitos e construção de uma nova ordem societária e contribuindo para o acesso a cidadania.

No que compete à atuação dos cientistas sociais e, em particular, do/a assistente social, referente às demandas da diversidade sexual e de gênero, Silva (2015) afirma que esses profissionais intervêm na realidade destes sujeitos de forma a entender suas ações, buscando a efetivação do projeto de emancipação humana, sendo necessário analisar o sujeito em sua totalidade, envolvendo as dimensões econômicas, políticas, culturais ideológicas etc., buscando desconstruir todas as formas de exploração e opressão, contrapondo-se às diversas expressões do preconceito, discriminação, arbítrio e violências simbólicas e físicas. [...] (MENEZES; SILVA 2017 p.126)

O Preconceito com os usuários, em decorrência do despreparo, a falta de conhecimento sobre identidade e expressão de gênero, orientação sexual muitas vezes ocasionando casos de exclusão social.

Infelizmente, sabemos que as situações de discriminação e preconceito institucional bem como o despreparo, a falta de conhecimento sobre identidade ou expressão de gênero e orientação sexual, o completo descaso e a ignorância formam o cerne da questão e que muito precisa ser feito para reverter minimamente os efeitos de anos de exclusão e invisibilidade. (DUARTE, 2014 p. 88 e 89)

Embora tímidos os avanços referentes a população LGBTQI foram relevantes para o seu percurso sócio- histórico, trabalhar no campo da diversidade sexual significa entrar no terreno das singularidades dos sujeitos, compreender a diversidade e promover a liberdade e o respeito aos direitos os indivíduos excluídos. Apesar das grandes progressos, há ainda um longo caminho a ser percorrido.

É importante ressaltar que mesmo analisando uma grande mudança em relação a tais debates e reflexões, para alguns profissionais e acadêmicos do Serviço Social as questões pertinentes à população LGBT ainda são desconhecidas ou pouco compreendidas. (SILVA,J; MENEZES.M, 2017.p123).

Isso equivale dizer que há ainda desafios no próprio seio da categoria profissional em compreender e discutir pautas referentes a população LGBTQI, a falta de orientação e a ausência do aprofundamento do debate acerca da sexualidade e diversidade sexual e orientação sexual também provoca um

estranhamento para o Serviço social, por se tratar de uma temática recente e teve seu primeiro contato com a categoria na década de 90.

No âmbito do Serviço Social brasileiro, por assumirmos a liberdade e a igualdade substantivas como princípios éticos fundamentais do Código de Ética Profissional, o CFESS tem manifestado posição de respeito a livre orientação sexual e a livre identidade de gênero, somando-se a resistência coletiva do movimento LGBT, feminista e de todos aqueles que se propõe a desconstruir o patriarcado heterossexista (CFESS, 2014, p.13).

Tal retórica enfatiza que o Conselho Federal de Serviço Social tem a intenção de levar o debate do movimento LGBTQI no objetivo de desconstruir qualquer forma de preconceito presente no próprio seio da categoria profissional. Como o Serviço Social é uma profissão generalista tem condições de atuar em diversas áreas, desta maneira garantindo os direitos da população LGBT em instituições que sobejam a sua intervenção profissional. É sabido que a população LGBT sofre inúmeros tipos de violência perpetrados por atores da sociedade e até mesmo por profissionais em áreas de educação saúde, assistência o que requer ainda mais uma aproximação da categoria profissional a esses sujeitos no enfrentamento de suas demandas provenientes dos desdobramentos das expressões da Questão Social.

O debate em relação ao enfrentamento a este tipo de violência ainda é considerado um assunto pontual e fragmentado. O Serviço Social, profissão fiscalizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), o Conjunto CFESS-CRESS, tem pautado este debate na perspectiva da viabilização dos direitos humanos para esta população, debate que tem inúmeros desafios para toda categoria profissional. (SILVA, J; MENEZES. M, 2017. p123). É fato inconteste que o capitalismo, de modo subliminar, mercantiliza, com vistas à obtenção de lucro, todas as esferas da vida em sociedade, assim como as relações pessoais. Além disso, o modo de produção capitalista interfere negativamente nos espaços sociais ao criminalizar os movimentos contra-hegemônicos, estimular e aprofundar o individualismo e exacerbar a competição entre os trabalhadores (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, et al TRINDADE, 2015. p.213).

A violência, abusos e agressões elementos da realidade vivenciada por pessoas transexuais, a dificuldade em serem aceitos por uma sociedade fomentada por uma cultura majoritariamente heteronormativa. Esse processo discriminatório contra esse segmento da população começa ser perpetrado por instituições que deveriam garantir proteção, educação e acabam promovendo situações vexatórias preconceituosas aos sujeitos que não foram capturados pelos binarismos, ou seja

pessoas que não se contemplaram em ser apenas homem e mulher ligados a uma biologia, por conseguinte seu órgão genital.

Embora nada tenha sido deliberado com relação à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, tendo em vista a presença de países resistentes, o debate possibilitou que o governo brasileiro apresentasse à Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, dois anos depois, uma proposta de Resolução tendo como objeto a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero como violação de direitos, mesmo que no Brasil ainda não exista uma legislação específica. (DUARTE, 2014. p.91 e 92).

É indiscutível que tratar da temática transexualidade é necessário um aporte técnico do Serviço social para vislumbrar as dificuldades enfrentadas pelos sujeitos LGBT, que requerem um estudo sistemático e aprofundado pela Academia e principalmente pela profissão. Os preconceitos vivenciados pelas pessoas transexuais atravessam inúmeras controvérsias, a ausência de recursos para atender as demandas desses sujeitos, em decorrência do sucateamento das políticas públicas. É sabido que é necessário construir e desconstruir conceitos numa nova ótica da sexualidade, principalmente na compreensão que a diversidade sexual é um direito do indivíduo, portanto o assistente social deve lutar para garantir o direito dessa população dando legitimidade e reconhecimento a população transexual garantindo o respeito a todas as identidades de gênero, orientação sexual, proporcionando um a construção de uma nova ordem societária baseada na ética e no respeito às diferenças.

2. FAMÍLIAS E AS SUAS CONCEPÇÕES SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

Este capítulo tem como objetivo realizar uma análise de produções cinematográficas e documentários que discutem a relação da família e sujeito LGBT.

2.1 Meu nome é Ray

Dando continuidade à temática da família trazemos para análise, obras cinematográficas de extrema relevância para elucidar o papel da família na atualidade e sua influência na construção dos aspectos da vida social do sujeito LGBT, como sua inserção em outras instituições, como a escola, grupos sociais e todo contexto social que constitui a sociedade. Outrossim como a família pode influenciar na construção de valores na vida dos sujeitos LGBTs que consequentemente pode positivamente e negativamente no processo do seu reconhecimento como sujeito de direitos na sociedade.

“Meu nome é Ray” (2015) é uma obra cinematográfica que retrata a experiência de um adolescente transexual que vislumbra a possibilidade de fazer o processo de hormonioterapia e mastectomia para sua identidade sexual seja compatível com seu gênero. Ray é filho único de um núcleo familiar chefiado por

uma mulher, ou seja faz parte de uma família monoparental e possui avôs maternas a família extensa compostas por mulheres lésbicas que repudiam a questão da transsexualidade da Ray.

A adolescente muito convicta dos seus objetivos pessoais demonstrava um forte desejo no transcorrer da trama em realizar o processo de transformação de gênero, a princípio a adolescente com apoio da sua genitora, iniciou o processo de hormonioterapia que necessitava da autorização dos genitores. Desta maneira com a autorização deste processo o médico que acompanha Ray expõe sobre as mudanças no corpo após esse procedimento médico.

Em dado momento da trama as avôs maternas debatem a hipótese que Ray poderia ser apenas uma mulher homossexual, ou seja, lésbica, pois acreditam que os procedimentos de mudança de gênero são muito invasivos ainda mais para uma adolescente que está em fase peculiar de amadurecimento. Todavia sua genitora explicita para sua avô que Ramona é um adolescente transexual e sua orientação sexual é diferente do seu gênero, com isso ocorre um processo de rompimento de preconceitos no seio familiar.

Com essa fala foi possível perceber que o preconceito esta enraizado na sociedade principalmente nas famílias que compõem todo essa estrutura social, e mesmo as avôs de Ray sendo homossexuais, pertencentes ao segmento LGBT não compreendem as diversas facetas da diversidade sexual e de gênero.

Diante de todo processo de desconstrução do preconceito e aceitação do gênero de Ramona sua avó materna ainda pondera a possibilidade da adolescente não realizar o tratamento. Diz ela poderia ser uma menina lésbica “normal”, desta maneira podemos compreender que ainda muitas famílias e sujeitos LGBTs ainda compreendem os sujeitos transgêneros como pessoas que possuem uma anomalia.

A realidade cotidiana de sofrimento, humilhações, repúdio familiar, segregação social e situações vexatórias, que permeia a vida das pessoas transexuais, só podem ser facilmente captados por quem a vivencia diretamente. Nesse sentido, o cenário discriminatório resulta, frequentemente, em violência perpetrada contra esta população, inclusive por instituições que deveriam pautar sua conduta pela defesa de direitos e pelo combate a preconceitos, como, por exemplo, o Poder Judiciário. (TRINDADE, 2018, p. 2)

No entanto nesse filme a mãe da Ramona compreende claramente seu gênero não é compatível com a sua genitália e consegue e sua orientação sexual e

a apoia fervorosamente, e auxilia nas suas vicissitudes. Os dilemas da Ray perpassam entre ser um menino preso no corpo de uma menina.

O adolescente recebe ataques homofônicos na escola onde estuda. Ao Ray são perpetrados lesões físicas, com isso é possível deslindar a maneira que o preconceito perpassa por diversos ambientes, tanto institucionais quanto familiares, ou seja, por vezes o sujeito transexual enfrenta um duplo preconceito e carrega consigo uma culpabilidade imensurável.

Importa mencionar que o terreno da sexualidade, de gênero e orientação sexual é um campo de areia movediça, é um local muito sensível e a família tem o papel fundamental de dar subsídios ao sujeito LGBT para se reafirmar como cidadão de direitos em sociedade.

Em dado momento do filme há um formulário médico de autorização para permissão dos genitores no processo de hormonioterapia requer a assinatura de ambos os genitores o pai e a mãe, contudo o genitor da Ray sempre foi ausente o que prejudicou o andamento do processo. Diante disso sua genitora da adolescente procura o auxílio do Serviço Social, a fim de buscar orientações, entretanto pela extensa fila de espera para atendimento com a profissional no local desiste.

Após vivenciar concomitantemente as mazelas da Ray sua genitora se desloca até o pai da adolescente que se recusa a assinar as documentações, deixando a genitora com a missão de responder por uma vida sem qualquer apoio emocional.

Com isso compreendemos que os moldes de família vem se reconfigurando e com o transcorrer dos anos a maior parte das famílias está sendo chefiada por mulheres o que vem de contraponto com o conservadorismo e a ideia de uma família nuclear burguesa vem sido ultrapassado por novos conceitos de vivenciar família e construir a essência dessa instituição.

Sabe-se que para o senso comum, a transexualidade é um tema que envolve, ainda, muitos tabus sedimentados. O assunto abrange um conjunto de temáticas que, em geral, são inferidas pela sociedade de forma estereotipada, frequentemente preconceituosa e conservadora. (TRINDADE, 2015, p.5)

Segundo o genitor da Ray o processo de mudança de gênero é uma doença passível de tratamento e se recusa aceitar a hipótese que sua filha nasceu menino. O genitor acredita que a adolescente esteja passando por uma falta de sanidade

mental natural da adolescência e a trata como menina o que fere emocionalmente a adolescente.

Diante todo esse processo conflituoso entre a negativa do genitor da Ray em assinar os documentos a adolescente procura seu pai e solicita sua assinatura para o processo de mudança de sexo, no entanto em diálogo com o referido acaba deslindando hipótese nunca considerada. A adolescente descobre que seu pai consanguíneo é na verdade seu tio, irmão do seu pai, e por este fato foi rejeitada desde seu nascimento.

Com isso a adolescente sugere a emancipação para que seu pai consanguíneo contribua com a assinatura para o seu processo indenitário e propõe para sua genitora também a mudança do local onde reside, pois ela e sua mãe viviam com as suas avós e juntas seguem vislumbrando um novo recomeço de vida.

Por fim, seu pai consanguíneo assina as documentações e Ray consegue o tão vislumbrado tratamento, assim como a aceitação das suas avós neste processo. Diante disso os familiares se reuniram para comemorar o êxito do processo de mudança de sexo de Ray.

Uma conquista relevante para a população LGBT foi a criação em 2008 a partir Sistema Único de Saúde a formalização do processo transexualizador da Resolução nº 1.652/2002, que foi revogada pela resolução do CFM nº 1955/2010, que legaliza o processo de transformação plástico-reconstrutiva da genitália externa, interna, e considera a realização de cirurgia de resignação sexual do(a) transexual como não crime no país.

No entanto, a despeito dos ditos avanços no campo dos direitos sexuais para LGBT na saúde, o que não ocorre exclusivamente nesse setor, tendo em vista a construção de uma política pública para a população LGBT no tocante ao reconhecimento dos efeitos da discriminação, do preconceito e da exclusão desses sujeitos em diversos segmentos sociais e, em particular, quando tomamos essas mesmas discriminações e preconceitos por orientação sexual e identidade de gênero, traduzidos, respectivamente, de homofobia/lesbofobia e transfobia, entendemos esse fenômeno como elemento histórico na determinação social do processo saúde-doença-cuidado, que imprime mais sofrimento e adoecimento no conjunto de outras vulnerabilidades que geralmente acometem os LGBT. (DUARTE, 2014 p.87)

Diante da luta da população LGBT foram conquistados alguns avanços e direitos tais como, a desconstrução da ideia que a homossexualidade é uma doença, que a priori enquadrava os LGBT no contexto social que atenuava ainda mais o

preconceito, em 1990 a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da lista internacional de doenças.

A partir da portaria 2.803, de 19 de novembro de 2013 é redefinida e ampliada o processo transexualizador no Sistema Único de Saúde.

Art. 1º Fica redefinido e ampliado o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 2º São diretrizes de assistência ao usuário(a) com demanda para realização do Processo Transexualizador no SUS:

I - integralidade da atenção a transexuais e travestis, não restringindo ou centralizando a meta terapêutica às cirurgias de transgenitalização e demais intervenções somáticas;

II - trabalho em equipe interdisciplinar e multiprofissional;

III - integração com as ações e serviços em atendimento ao Processo Transexualizador, tendo como porta de entrada a Atenção Básica em saúde, incluindo-se acolhimento e humanização do atendimento livre de discriminação, por meio da sensibilização dos trabalhadores e demais usuários e usuárias da unidade de saúde para o respeito às diferenças e à dignidade humana, em todos os níveis de atenção.

(BRASIL, Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013)

Em 2009 foi lançado o Plano Nacional de Promoção da Cidadania LGBTI, mas somente no ano de 2010 foi aprovada a Saúde Integral LGBT. A Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu a resolução 17/19, referente às discriminações e violências contra a população LGBT em diferentes países.

Já em março de 2018, o Supremo Tribunal Federal decide que transexuais e transgêneros podem alterar seu nome no registro civil sem a necessidade de realização de cirurgia de mudança de sexo e/ou terapias hormonais, e que não será preciso autorização judicial para a requisição de alteração no documento, que poderá ser feita em cartório. (SANTA BARBARA, 2018, p.5)

Segundo Martinelli (2018), após 28 anos da luta do movimento LGBT, finalmente a Organização Mundial da Saúde retira a transexualidade do rol de doenças mentais, nessa perspectiva a transexualidade é analisada atualmente com outro viés, o da incongruência de gênero, ou seja, pessoas que nasceram como gênero oposto do que se reconhece, no caso o indivíduo transgêneros.

Mesmo antes de publicação do novo CID, desde janeiro de 2018, psicólogos estão proibidos de tratar travestilidade e transexualidade como doença ou anomalia, determinou o Conselho Federal de Psicologia (CFP).

Profissionais estão impedidos de praticar qualquer ação que favoreça preconceitos, como terapias de conversão, reversão, readequação ou reorientação de identidade de gênero. Para o CFP, "é dever dos psicólogos contribuir para a eliminação da transfobia". (MARTINELLI, 2018, p. 1)

Homossexualidade não é doença é tão comportamental como a heteronormatividade, nos temos que ter mais compreensão sobre as particularidades e especificidades de cada sujeito antes de julgá-lo, e devemos nos empenhar como sujeitos que lutam pelo respeito e a dignidade humana ultrapassando qualquer preconceito ou conservadorismo.

Instituições como família, religião, o conservadorismo da sociedade, bem como das religiões judaico cristas produzem determinados conceitos de valores acerca da sexualidade e homossexualidade que não devem ser perpetrados como juízos de valores para estes sujeitos, pelo contrario devem contribuir para que a trajetória desses indivíduos seja de amor, solidariedade e respeito. Haja vistas que indivíduos travestis e transexuais são indivíduos sociais que tem direito à educação a cultura, a justiça e principalmente a saúde publica.

[...]O Serviço Social é apenas uma profissão no meio de tantas outras que atuam com as demandas de LGBT e que estão diretamente ligados ao processo de atenção a situações de violência, a exemplo da homofobia. Contudo, sua singularidade não fragiliza a necessidade de combater todas as formas de preconceitos e discriminações. Se cultivarmos o respeito, a liberdade, a emancipação e a autonomia como valores humanos que devem ser enfatizados na atividade profissional, este debate e esta forma de atuação se expandirá para as demais profissões, sendo possível viabilizar mais direitos para todos os sujeitos sociais, inclusive a população LGBT." (MENEZES E PEREIRA, 2017, p.127)

Importa ressaltar que ano de 2018 a representatividade cresceu exponencialmente tanto nas mídias televisivas, quanto nos avanços no tocante aos seus direitos sociais, principalmente na área da saúde. As lutas desse movimento trouxeram avanços significativos como a retirada do rol de doenças pela OMS, a criação de resoluções que viabilizam direitos como foi construída pelo O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).

Segundo a Resolução do CFESS (2018), resolve que:

Art. 1º As(Os) assistentes sociais deverão contribuir, no âmbito de seu espaço de trabalho, para a promoção de uma cultura de respeito à diversidade de expressão e identidade de gênero, a partir de reflexões críticas acerca dos padrões de gênero estabelecidos socialmente. Art. 2º É competência da/o assistente social prestar acompanhamento a sujeitos

que buscam as transformações corporais em consonância com suas expressões e identidade de gênero.

Art. 3º As(Os) assistentes sociais, ao realizarem o atendimento, deverão utilizar de seus referenciais teórico-metodológicos e ético-políticos, com base no Código de Ética da/o Assistente Social, rejeitando qualquer avaliação ou modelo patologizado ou corretivo da diversidade de expressão e identidade de gênero.

Art. 4º A atuação da(o) assistente social deve se pautar pela integralidade da atenção à saúde e considerar as diversas necessidades das(os) usuárias(os) e o atendimento a seus direitos tendo em vista que esse acompanhamento não deve ser focalizado nos procedimentos hormonais ou cirúrgicos.

Art. 5º Quando pertinente, cabe à(ao) assistente social emitir opinião técnica a respeito de procedimentos relacionados às transformações corporais.

Art. 6º A(O) assistente social deverá respeitar o direito à autodesignação das/os usuáries do serviço como pessoas trans, travestis, transexuais, transgêneros.

Art. 7º É dever da(o) assistente social defender a utilização do nome social das(os) usuáries(os), na perspectiva do aprofundamento dos direitos humanos.

Art. 8º Cabe à(ao) assistente social atender e acompanhar crianças e adolescentes que manifestem expressões de identidades de gênero trans, considerando as inúmeras dificuldades que enfrentam no contexto familiar, escolar e demais relações sociais nesta fase peculiar de desenvolvimento na perspectiva do Código de Ética Profissional da(o) Assistente Social.

Art. 9º É vedado à (ao) assistente social a utilização de instrumentos e técnicas que criem, mantenham ou reforcem preconceitos à população trans.

(BRASIL, RESOLUÇÃO CFESS Nº 845, de 26 de fevereiro de 2018)

2.2. Orações para Bobby

O filme “Prayers for Bobby”, (2009) no português traduzido para Orações para Bobby, narra fatos de uma história verídica de uma família que possui cinco filhos e sua mãe Mary. Mary, cristã extremamente religiosa educou seus filhos com baseada princípios e conceitos cristãos no objetivo de que todos os membros do seu núcleo familiar alcançassem a salvação divina.

Diante disso Bobby e juntamente com seus irmãos foram criados de acordo com os princípios bíblicos e deste modo eram limitado de realizarem algo que não estivesse em concordância com a este livro divino.

Nesse contexto familiar cristão era ensinado que a bíblia cristã era uma verdade absoluta, sem questionamentos e quaisquer refutações, pois era um livro

que relatava a verdade e a vida e, tudo que fugisse dos conceitos cristãos não era aceito dentro daquele núcleo familiar.

Entretanto Bobby era um rapaz que se sentia entristecido em ter sua orientação sexual velada, então ele conta para o seu irmão e rompe com toda a lógica cristã e o modelo de família que foi culturalmente construído pelo seu núcleo familiar pautado nos conceitos bíblicos.

Importa mencionar que em dado momento no aniversário da avó do Bobby, sua genitora e sua avó repudiam a homossexualidade, dizendo que é nojento. Sua avó expõe que na sua concepção os “bixas” deveriam ser postos em uma fila e serem fuzilados. Nesse momento Bobby se sente coagido dentro do seu próprio seio familiar.

Na maior parte do século XX, a sexualidade humana e os estudos sobre sexo e gênero foram amplamente ignorados como objeto de reflexões e pesquisas sociais. Com efeito, na medida em que, aparentemente, guardaria pouca relação com problemas mais cruciais e imediatos da vida social, era mais fácil limitar o tema sexo ao âmbito das ciências biomédicas, campo que permite relegá-lo a obscuros tratados médicos ou práticas psiquiátricas restritas.(TRINDADE, 2018,p. 1)

Historicamente as produções acadêmicas referentes à diversidade sexual se prendiam na área da antropologia e no âmbito da saúde coletiva, a princípio com ênfase no comportamento e as relações homossexuais porque sugere uma tendência de estereotipar esses sujeitos se preocupando apenas com os aspectos biológicos, e as doenças que esses indivíduos poderiam transmitir através de suas práticas sexuais e não pensando como sujeitos direitos. Entretanto o debate divergia das concepções e dos estudos feministas referentes aos direitos sexuais e reprodutivos dos sujeitos, porém o debate acerca dessa temática foi deixado para segundo plano.

De acordo com Duarte (2014), o debate sobre sexualidades aparece pela primeira vez no Serviço Social em 1986, ano de aprovação do quarto Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais de 1986. O debate foi promovido no Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS) realizado na cidade do Rio de Janeiro, tendo como sujeitos impulsionadores o movimento estudantil da época, composto pelos/as graduandos/ as do curso de Serviço Social, dentre eles, alguns estudantes gays e lésbicas.(MENEZES, 2017, p.123).

Os homossexuais eram vistos como indivíduos pecaminosos, indignos, doentes e durante anos a psiquiatria acreditava que a homossexualidade ou “desvio de sexualidade” era uma doença e vislumbravam a cura para os LGBT. O Brasil é considerado o país onde morrem mais homossexuais no mundo, a falta de aceitação, e o preconceito existente na sociedade intensificam os diversos tipos de violência direcionamos a esse publico.

[...] É precioso reconhecer os direitos da população LGBT e aprovar resoluções e princípios ético-profissionais, assim como estar presente em campanhas e eventos diversos que busquem o reconhecimento e respeito pelas formas de amor que diferem da heterossexual. É necessário repensar a prática interventiva e avaliar quais suas contribuições para a população LGBT para, a partir disso, continuar pautando novas posturas fundamentadas no reconhecimento e no respeito à diversidade sexual e de gênero. (MENEZES E PEREIRA, 2017 p.128)

De acordo com o relatório anual divulgado pelo grupo gay da Bahia no ano de 2010 foi 260 homicídios de LGBT no Brasil número alarmante, e no ano de 2016 foi constado que um LGBT é assassinado a cada 24 horas. Diante desse cenário é possível deslindar que apesar dos avanços e da visibilidade dessa população tenha aumentado exponencialmente nesses últimos anos os LGBT ainda continuam sendo um dos maiores alvos de violência no país.

Cabe destacar que muitos, ao insistirem em enquadrá-los no lugar próprio da patologia, do desvio e da segregação social, mesmo que não o sejam nas normatizações, mantêm esse discurso de forte conteúdo higiênico e moralista que foram impostos não somente pelo viés do conservadorismo da ordem médica, desde que a questão da orientação sexual foi retirada da tutela policial por afetar a ordem pública, mas também pela esquerda stalinista, quando muitos homossexuais foram exilados, mortos ou presos e torturados, sob o rótulo de que se enquadravam no “desvio pequeno burguês”, como até mesmo como vistos enquanto “pecaminosos” (SEFFNER, 2011, p. 67) pela via de um certo fundamentalismo religioso presente na sociedade e conseqüentemente pelo credo de alguns profissionais da saúde.(DUARTE, 2014, p. 87 e 88).

Importa mencionar que a religião se situa no campo da moralidade para analisar e lidar com o comportamento e posicionamento dos sujeitos em sociedade.

O trato moral destinado à questão da homossexualidade compromete, por conseguinte a concepção sobre a sexualidade humana forjando preconceitos, estereótipos e discriminações.

Afinal, a realidade cotidiana de sofrimento, humilhações, repúdio familiar, segregação social e situações vexatórias, que permeia a vida das pessoas transexuais, só pode ser facilmente captada por quem a vivencia diretamente. Nesse sentido, o cenário discriminatório resulta, frequentemente, em violência perpetrada contra esta população, inclusive por instituições que deveriam pautar sua conduta pela defesa de direitos e pelo combate a preconceitos, como, por exemplo, o Poder Judiciário. (TRINDADE, 2018,p 2)

Sufocado por um segredo que não consegue mais guardar o rapaz após tentativa de suicídio assume sua homossexualidade para seu irmão que se revolta com esta orientação e acaba contando para sua genitora. A partir deste fato o relacionamento de Bobby com sua família e principalmente com sua mãe que era extremamente religiosa começa a desmoronar. Sua genitora Mary não consegue de aceitar a orientação sexual de seu filho, pois esta estaria em desconformidade com os conceitos bíblicos que eram sua base para construção da vida social da sua parentela. Diante dessa realidade, Mary acreditava que seu filho Bobby estava passando por um momento de falta de fé e que talvez tenha influenciado sua orientação sexual.

Desta maneira Mary buscou incessantemente estratégias para “curar” seu filho da homossexualidade encaminha-o a tratamentos psicológicos e grupos de oração da igreja a qual frequentava e a levar uma garota planejando um encontro para o ele.

Cabe destacar que muitos, ao insistirem em enquadrá-los no lugar próprio da patologia, do desvio e da segregação social, mesmo que não o sejam nas normatizações, mantêm esse discurso de forte conteúdo higiênico e moralista que foram impostos não somente pelo viés do conservadorismo da ordem médica, desde que a questão da orientação sexual foi retirada da tutela policial por afetar a ordem pública, mas também pela esquerda stalinista, quando muitos homossexuais foram exilados, mortos ou presos e torturados, sob o rótulo de que se enquadravam no “desvio pequeno burguês”, como até mesmo como vistos enquanto “pecaminosos” (SEFFNER, 2011, p. 67) pela via de um certo fundamentalismo religioso presente na sociedade e conseqüentemente pelo credo de alguns profissionais da saúde.(DUARTE, 2014, p. 87 e 88).

Todavia Bobby era um rapaz que temente a Deus, e a princípio não consegue lidar com sua orientação social muito pelo seu cunho religioso e também pela produção de valores que sua família o submeteu a aceitar. Isto posto, Bobby adere aos tratamentos alternativos da sua genitora, pois não gostaria de contraria-la, mas o passar do tempo Bobby se sente culpado e não consegue mais conter suas

vontades e externas, pois tinha um relacionamento heterossexual mas vivenciava inúmeros conflitos internos e onde se deparava inúmeros impasses que atravessavam sua vida social, pois sentia atração por homens, mas ao mesmo tempo não queria ser desprezado pela família e reconhecido como “pecador”.

Naquele contexto da falta de aceitação e do suporte familiar, Bobby foi adoecendo psicologicamente, e acaba pensando inúmeras vezes em cometer novamente suicídio.

A ruptura dos vínculos familiares e a intensidade do impacto social na vida do sujeito reforça a condição de isolamento do sujeito, bem como dificulta o estabelecimento de novos vínculos sociais e de relações de confiança.

A fabrica de valores chamada família produz por muitas vezes preconceito e desproteção principalmente no tocante a homossexualidade, muitas famílias atualmente ainda possuem uma visão conservadora diante dos seus conceitos que se tornaram naturalizados, alguns conduzidos pela doutrina religiosa, o fanatismo, outras pela predominância do machismo que é incorporado não somente em homens, mas por mulheres, pois ainda com as transformações contemporâneas, é incontestável que vivemos em uma sociedade sexista.

Sua genitora é incapaz de compreender e aceitar a sexualidade do seu filho e isso acaba impulsionando para que saia do ambiente familiar e queira mudar de vida morando com seu namorado longe da família que não aceita sua orientação sexual. Entretanto mesmo distante do seu seio familiar e na companhia do seu parceiro Bobby ainda sente-se culpado e acredita que sua não terá salvação e acaba se jogando de um viaduto e sendo atropelado por um caminhão e morre.

O jovem Bobby se sentia pecador e segundo os princípios da sua família acreditava que iria para o inferno então em busca de uma saída para os preconceitos que enfrentava no seu ciclo social e principalmente na sua família Bobby opta por morrer, por não aguentar o sofrimento que vivenciava.

Senhora Mary, se sente a culpabilidade de ter sido preconceituosa não aceitando e ainda que inconscientemente cega pela religiosidade rejeitando seu filho apenas pela sua homossexualidade. Logo após do falecimento do Bobby Mary começa a questionar respostas e acaba conhecendo a realidade LGBT e começa a frequentar grupos de pais que tinham filhos homossexuais e começa e reconhece que desde a infância seu filho era diferente, e não deveria ser julgado pela sua

orientação sexual, mas sim amado por ser um ser indivíduo. Após mudar sua concepção sobre a comunidade LGBT, Mary se torna militante nas causas LGBTs naquele período. Em dado momento a personagem Mary elucida :

“Eu me arrependo amargamente da minha falta de conhecimento sobre Gays e Lésbicas”. (Personagem Mary)¹

A partir das experiências tanto na ótica familiar quanto do sujeito LGBT se constrói o processo de compreensão e aceitação da diversidade sexual e de gênero e contribui para tangibilidade dos discursos LGBTs, uma vez que desde tempos remotos não eram como prioridade das intervenções do Estado.

Infelizmente, sabemos que as situações de discriminação e preconceito institucional bem como o despreparo, a falta de conhecimento sobre identidade ou expressão de gênero e orientação sexual, o completo descaso e a ignorância formam o cerne da questão e que muito precisa ser feito para reverter minimamente os efeitos de anos de exclusão e invisibilidade. (DUARTE, 2014 p. 88 e 89)

Através dessa obra cinematográfica, baseada em fatos reais, podemos compreender como o preconceito e a discriminação vivenciada por um homem gay, ou qualquer sujeito que lê sua sexualidade diferente da do padrão heteronormativo enfrenta na sua vida social e como a família é a instituição que produz valores importantes para construção da vida social de qualquer sujeito, no caso o indivíduo LGBT sem o apoio familiar acaba sendo alvo de situações de vulnerabilidade social.

2.3. Análise do Documentário “Republica Os Segregados da Escuridão Parte 1 e 2

Em sucessão as análises trazemos a realidade do cotidiano de transexuais no Brasil no século XXI e como a família, o estado e a sociedade se apresentam como antagonistas das histórias retratadas no documentário.

O documentário “Republica: Os Segregados da Escuridão – Parte I” (2018) apresenta as mazelas e as inúmeras expressões da questão social vivenciadas por LGBTs, principalmente os travestis e transexuais que sobrevivem nas madrugadas da praça da republica em São Paulo.

¹ Personagem Mary genitora do Bobby – Filme Orações para Bobby (2009).

A nomenclatura “Segregados” não é por acaso, sujeitos LGBTs no caso a principalmente a população trans é invisibilizada durante o dia e a noite requisitada, a “escuridão” traz para a realidade do documentário a solidão e exclusão social enfrentada por LGBTs.

Roberto Cabrini (2018) explora questões que perpassam a violência urbana, a omissão do Estado no tocante aos sujeitos LGBTs e os impactos da ausência da família na vida desses indivíduos.

O jornalista apresenta diversos aspectos particulares desses sujeitos que ilustram a triste realidade de um LGBT, abandonado pela família, ou mesmo indivíduos que fogem do ambiente familiar em busca da aceitação da sociedade e acabam atravessando inúmeros desafios que colocam sua vida em vulnerabilidade social. Sendo assim podemos analisar a tamanha importância que a família traz para o sujeito legitimar seus direitos em sociedade e, como a ausência dessa referida instituição pode impulsionar sujeitos às condições de pobreza, miséria, solidão e a criminalidade.

Como se sabe, a condição de subalternidade de homens e mulheres transexuais tem sido, cada vez mais, naturalizada pela sociedade. Em outras palavras, o senso comum ainda associa as pessoas trans à prostituição ou, na melhor das hipóteses, a profissões socialmente pouco valorizadas, como, por exemplo, assistente de cabeleireiro e auxiliar de limpeza. (TRINDADE, 2018, p.5)

Durante o documentário ocorrem entrevistas com os moradores da praça da república que se encontra em situação de sem perspectivas de futuro e até mesmo de vida. Os sonhos desses sujeitos são massacrados muitas vezes pelo abandono familiar que é uma das principais instituições de proteção a pessoa humana, assim como o estado e a sociedade.

No universo denotado no documentário expões a cruel realidade dos LGBTs que não possuem apoio familiar, e a maneira que a luta para a sobrevivência torna-se constante, uma vez que a expectativa de vida desses sujeitos são praticamente mínimas devido às situações de risco que vivenciam constantemente.

Na tentativa de sobrevivência muitas travestis e transexuais procuram uma solução rápida e pratica para os seus problemas, o crime e, acabam enfrentam o paradoxo entre a luta para a sobrevivência e a integridade humana. O uso de drogas é nítido durante o dia até mesmo durante a noite, embora ocorra policiamento no local. Segundo a personagem Natiele explicita em sua fala:

“São Paulo é terra que filho chora e mãe não vê. Ninguém é por ninguém aqui.” (Personagem Natiele)²

Todavia, é possível identificar que a própria sociedade limita as escolhas do sujeito LGBT para criminalidade ou prostituição, devido a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal e a ausência de escolaridade que, por conseguinte impedem sua inserção desse sujeito em sociedade

Pessoas perseguidas, mas também requisitadas, a república é marada pela prostituição, principalmente, dos LGBTs, que ainda sofrem ameaças da polícia militar do local sendo obrigados a oferecer dinheiro para poder permanecer no local e realizar seu trabalho informal na prostituição. “Em nota, as polícias civil e militar responderam que trabalham duramente para coibir crimes na praça da república e que não compactuam com os supostos desvios de policiais.” (CABRINI, 2018)³

Nas ruas de São Paulo o programa retrata que houve um aumento de policiamento na região durante o dia, mas mostra como isso não impede o uso de drogas no local, além da rotina de fome e carência que segue inalterada.

Neste documentário apresenta a travesti que furta aparelhos celulares e versa que assalta na avenida paulista à mão armada com faca, e age sem medo e sem receio, quem passa pelas ruas de São Paulo não se importa em observar assaltos, tampouco o policiamento do local. Na praça da república residem transexuais abandonados pela família, travestis, profissionais do sexo e pessoas em situação de rua que vivenciam inúmeras expressões da questão social, como a pobreza, miséria e total desproteção social, da família sociedade e Estado.

Cabrini (2018) conversa com Natiele, Gabi, Lucas Rafael que se reconheceu como garoto de programa esposo da travesti Natiele, cujas identidades às vezes são inventadas como fuga de uma vida de abandono familiar e, muitas vezes, crimes realizados para sobrevivência em São Paulo.

A criminalidade é tratada pelas travestis entrevistadas como um desafio para manter a própria sobrevivência, por ora, é tratado como algo imperioso. “Essas são

² Personagem Natiele travesti em situação de rua. –Documentário, “República: os segregados da escuridão parte 1”

³ Roberto Cabrini, repórter investigativo do programa televisivo Conexão Repórter. Entrevistador do documentário, “República: os segregados da escuridão parte 1”

as minhas cúmplices quando a gente rouba alguém entendeu? (Personagem Natiele)”⁴

No decorrer do documentário podemos acompanhar o cotidiano das travestis e dos transexuais e explora diversos cenários que não se limitam a sua vida na escuridão da praça da República. Cabrini (2018) versa que Natiele participa de um programa que apoia travestis e transexuais a voltar estudar e a entrar no mercado de trabalho, uma bolsa auxílio de mil reais por mês. Na data da gravação foi o primeiro dia que Natiele se dirigiu ao banco para realizar o saque da quantia ofertada pelo referido programa e, o valor ainda não estava disponível.

As angústias das pessoas transexuais, provocadas pelo profundo sentimento de inadequação social, iniciam-se na infância, quando são intensas as perseguições no ambiente escolar, advindas não apenas de colegas, mas, também, de professores(as), dirigentes e servidores(as). Com efeito, a transfobia, que, invariavelmente, revela-se de forma ainda mais perniciosa do que a homofobia, encontra na escola condições propícias para se disseminar.(TRINDADE, 2015, p. 218)

Aqui é a Rego Freitas, aqui é um ponto de travestis, aqui tem as travestis mais chiques. Aqui é Rego Freitas ponto de prostituição, eu já roubei ali várias vezes, peguei um notebook, celular, agora eu preciso ir pro meu curso só que eu não vou assistir, eu vou pra outro canto entendeu ?” (Personagem Natiele)⁵

Sem dinheiro, perspectivas e motivação Natiele não tem condições de frequentar às aulas, e resolve faltar as aulas para mendigar ou se prostituir para garantir minimamente sua alimentação do dia. Importa mencionar que até a gravação foi realizada pela manhã e Natiele não tinha realizado nenhum tipo de alimentação até o momento de ir ao banco, somente realizou consumo de drogas ilícitas no caso a maconha, que em plena luz do dia a droga é compartilhada com outras travestis na Praça da República.

Como se sabe, a condição de subalternidade de homens e mulheres transexuais tem sido, cada vez mais, naturalizada pela sociedade. Em outras palavras, o senso comum ainda associa as pessoas trans à prostituição ou, na melhor das hipóteses, a profissões socialmente pouco valorizadas, como, por exemplo, assistente de cabeleireiro e auxiliar de limpeza.(TRINDADE,2018,p.5)

⁴ Personagem Natiele travesti em situação de rua. –Documentário, “República: os segregados da escuridão parte 1”

⁵ Personagem Natiele travesti em situação de rua. –Documentário, “República: os segregados da escuridão parte 1”

A travesti Natiele realiza seis quilômetros de caminhada e se desloca do centro da cidade vai até os bairros nobres de São Paulo, vai até a porta de um supermercado em busca de alimentação que por vezes lhe é negada, “Difícil né ? Fazer o que né ?”(Personagem Natiele)

O período vespertino se inicia e as três horas da tarde Natiele não tinha realizado nenhuma refeição, algumas pessoas se compadecem com a sua alimentação, outras cedem dinheiro, mas a maioria finge não enxergar a travesti. Natiele encontra uma amiga e conta que está no mundo do crime, diz não ter nenhuma alternativa para sobrevivência.

Já no período noturno Cabrini (2018) faz indagações as travestis da Praça da República, questionando se elas se sentem felizes com a vida que levam, e elas respondem que não e, que não vislumbram “se vender pelo resto da vida”.

Quando a gente fizer trinta anos ninguém mais vai querer a gente. (Personagens Gabi e Natiele). A gente vai estar marico já toda feita, com si licone, de peito, de nariz feito, de carro, casa, guardando dinheiro pro futuro pra poder viajar... (Personagens Gabi e Natiele)⁶

Cabrini (2018) entrevista uma nova personagem muito relevante para o documentário Paula, cujo o nome de batismo é Marcos Paulo, que quis contar sua trajetória de vida. Mencionou que se travestia, mas se reconhece como uma transexual que não possui mínimas condições de se vestir como se reconhece pela falta de recursos financeiros.

O repórter supramencionado faz o seguinte questionamento para a entrevistada: - Como é Marcos Paulo se transformou em Paula?

Então não foi bem uma transformação, foi um abrir de mente, eu nunca pensei nessa possibilidade e com sete anos de idade eu comecei a sentir certas coisas diferentes. A gente não tem como explicar, não é como dizem é uma opção sexual, não, não é uma opção! A gente não tem uma escolha.”(Personagem Paula)

Se eu pudesse escolher em ter uma vida normal, em ter uma casa, um trabalho e não sofrer, peregrinar tudo isso que eu passei a minha vida inteira, eu acho que eu não ia escolher sofrer. A gente nasce deste modo” (Personagem Paula)⁷

⁶ Gabi e Natiele personagens travestis entrevistadas no documentário. – “República os Segregados da Escuridão Parte 1”.

⁷ Personagem Paula, mulher transexual em situação de rua – “República os Segregados da Escuridão Parte 1”.

Paula narra que não chegou a se prostituir, mas vivia com amigas que frequentavam a praça da República, algumas das amigas já falecido,mas eu ficava do lado delas para poder fazer pelo menos como se fosse uma segurança. No entanto ela permanecia no local marcado pela prostituição para fugir de uma condição de carência.

Cabrini (2018) elucida A Paula vive em constante situação de carência, diante disso ele solicita para que ela descreva seus sentimentos: “Carência afetiva, carência financeira, carência, todo tipo de carência que você pode imaginar”. (personagem Paula)

Cabrini (2018) pergunta você tem procurado emprego? “Tenho procurado Bastante emprego, só que o problema é esse quando a gente está em situação de vulnerabilidade, muitos fecham a porta e ai, é isso que machuca”. (Personagem Paula)⁸

Cabrini (2018) indaga como é não ter onde dormir?

Triste! Você saber que você não tem o direito ao descanso.”Passa tudo pela cabeça, se vai chover, que policia não vai deixar você dormir ali, que vão roubar todas as suas coisas, a pior das coisas é que vai vir alguém te matar dormindo. (Personagem Paula)⁹

Cabrini (2018) interpela você sente medo desse ambiente ?

O medo já passou faz tempo. É um mundo de risco, pra qualquer pessoa que nunca passou por aqui qualquer degrau ela pode cair, se é que você me entende. Assalto, cenas de sexo no meio da rua, consumo explícito de drogas, aqui basicamente é movido a drogas. (Personagem Paula)¹⁰

A Praça da República apesar de ser um dos pontos principais do centro da cidade de São Paulo é um lugar muito violento, marcado pelo trafico de drogas, mortes e também rompimento de sonhos.

Pela manha o repórter acompanha Paula para um Centro de Acolhimento onde Paula costuma fazer sua higiene diária, na fila encontra com outra personagem sol, e se depara com uma realidade de preconceitos naquele ambiente, travestis e

⁸ “Personagem Paula, mulher transexual em situação de rua – “República os Segregados da Escuridão Parte 1”.

⁹ “Personagem Paula, mulher transexual em situação de rua – “República os Segregados da Escuridão Parte 1”.

¹⁰“Personagem Paula, mulher transexual em situação de rua – “República os Segregados da Escuridão Parte 1”.

transexuais tem que esperar todas as mulheres tomarem seus banhos para realizarem sua higiene.

No Centro de Acolhimento é dispensado almoço, e durante a refeição sol guarda parte da alimentação em outro recipiente para garantir o que comer no jantar. “Em 2017, 355 travestis e transexuais foram para abrigos na cidade de São Paulo. Em 2015 foram 172” (CABRINI, 2018)¹¹

Paula teve conhecimento de uma vaga de trabalho, então vai à procura e vai a várias galerias no centro e não obtém sucesso na sua procura de emprego formal.

Tenho passado por constrangimentos, do tipo precisar de um calçado e ter que procurar em uma casa de doação e ter que usar um sapato quatro números menores que seu pé. Eu fiquei quatro meses um calçado, eu uso quarenta e três e estava usando um sapato numero 39. É difícil você precisar de depender de doação, precisar de depender de será que hoje eu vou conseguir ? Não ter uma certeza, não ter nada certo. Se a gente fica o dia inteiro carregando nossas coisas porque não tem onde deixar, se você deixa uma mala de roupas ali por dez minutos vai sumir. (Personagem Paula)¹²

A cada semana eu to tendo que correr atrás de comprar um conjunto novo de roupa, porque se a gente deixar é molhada alguém pega (Personagem Paula)¹³

Cabrini (2018) pergunta a idade de Paula e suas perspectivas para o futuro.

Eu tenho vinte e oito anos, não vejo mais meu futuro não consigo ver enfatiza. A gente faz planos pro futuro até começar metade dos planos dar errado, após 50% dos planos dar errado a gente só consegue pensar no daqui a pouco.(Personagem Paula)¹⁴

Cabrini (2018) interpela Paula e diz: você consegue se enxergar daqui a 10 anos? “Poxa como eu me imaginar daqui a dez anos se eu não consigo pensar se eu vou dormir hoje (Personagem Paula)¹⁵ Não consigo pensar se eu vou jantar hoje (Personagem Paula)”¹⁶

¹¹ Roberto Cabrini, repórter investigativo do programa televisivo Conexão Repórter. Entrevistador do documentário, “República: os segregados da escuridão parte 1”

¹² “Personagem Paula, mulher transexual em situação de rua – “República os Segregados da Escuridão Parte 1”.

¹³ Personagem Paula, mulher transexual em situação de rua – “República os Segregados da Escuridão Parte 1”.

¹⁴ “Personagem Paula, mulher transexual em situação de rua – “República os Segregados da Escuridão Parte 1”.

¹⁵ “Personagem Paula, mulher transexual em situação de rua – “República os Segregados da Escuridão Parte 1”.

¹⁶ “Personagem Paula, mulher transexual em situação de rua – “República os Segregados da Escuridão Parte 1”.

Podemos analisar através dos discursos de Paula, que a sobrevivência é uma questão diária e que a realidade dos transexuais que não possui vínculos familiares e sociais é cruel e sem futuro.

Vestida com roupas masculinas Paula não consegue se reconhecer como mulher, e diante disso se relata que se sente presa, que não consegue ser ela mesma, que ela é uma pessoa feliz extrovertida, mas no momento seus direitos não são garantidos para poder viver da maneira que realmente é.

Cabrini (2018) Pergunta por que você não está vivendo como Paula agora?

Essa sociedade, porque eu estou numa situação onde eu fico as pessoas não tratam a sexualidade com tanta naturalidade. No centro de Acolhimento se eu entrar caracterizado, olhares, comentários que não tem como se acostumar. (Personagem Paula)¹⁷

Cabrini (2018) expõe na porta de aço números e nomes de travestis que foram assassinadas quem vai ser a próxima ? Diante disso pergunta para personagem Paula como você se da conta de existem poucos travestis idosos o que você constata?

Eu constato que eu saia dessa vida para não ser um desses poucos travestis idosos, porque se tem poucos é por que a grande maioria já não está mais vivo. (Personagem Paula)¹⁸

O repórter questionou Paula se ela já se sentiu tentada a roubar, então ela versa que já cometeu crimes, como assaltos, mas não em situação de rua e depois desse fato tudo mudou, achou que estava ganhando muita coisa, mas perdeu momentos com a família, pois estava presa, e não conseguiu ver a genitora sendo sepultada, falou entristecida e disse que só conseguiu informações sobre o falecimento da genitora três meses após seu falecimento quando foi visita-la na sua Verbalizou que ficou reclusa condenada por seis anos direto no regime semi aberto, e até hoje não consegue superar isso.

No decorrer da entrevista Cabrini (2018) pergunta: para a entrevistada seus desejos e aspirações e naquele dado momento o que ela busca: “Atualmente? Uma

¹⁷ Personagem Paula, mulher transexual em situação de rua – “República os Segregados da Escuridão Parte 1.

¹⁸ Personagem Paula, mulher transexual em situação de rua – “República os Segregados da Escuridão Parte 1.

vida digna, não precisar me humilhar por nada pra ter um trabalho, pra sair todo dia e ir pro meu trabalho e ter a certeza que vou voltar e dormir” (Personagem Paula)¹⁹.

Diante do explanado por Paula Cabrini (2018) em sucessão as suas indagações, pergunta a entrevistada acerca sobre os seus sonhos? “Viver, só” (Personagem Paula)²⁰

Durante todo o documentário, é possível perceber o que a maior parte dos LGBTs enfrentam entrevistados versam diversas expressões da Questão social, a pobreza, discriminação, a fome, solidão, a fragilidade de vínculos familiares, muitos ainda nem possui documentos civis, desta maneira não conseguem acessar os serviços públicos de saúde. Durante o documentário foi apresentado um abrigo especializado para pessoas LGBTs em situação de rua que tem o intuito de trabalhar a independência dos sujeitos, viabilizar direitos sociais desses indivíduos.

Todavia o Centro de Acolhimento LGBT só tem capacidade para abrigar 30 LGBTs, e está lotado, o que ultrapassa o número de travestis e transexuais em situação de rua.

A praça da república é antes de tudo uma celebração do Estado a cidadania, entretanto suas longas longas noites revelam o abandono de ideais e convicções onde o povo pretensamente homenageado, parece o último a ser lembrado (CABRINI, 2018)²¹

Após dois meses Cabrini (2018) retorna a Praça da Republica para reencontrar os personagens que entrevistou, para investigar se aquela realidade persistia ou teria se modificado, para melhor ou para pior. Novamente o repórter realiza entrevista outros personagens, pergunta sobre a personagem Natiele e as pessoas que ali permanecem desconhecem seu paradeiro.

O repórter visita o Centro de detenção para visitar Paula, que foi acusada de assalto à mão armada e foi reclusa, e disse que foi detida injustamente, pois estava justamente no lugar errado e na hora errada, foi acusada pela polícia

¹⁹ Personagem Paula, mulher transexual em situação de rua – “República os Segregados da Escuridão Parte 1.

²⁰ Personagem Paula, mulher transexual em situação de rua – “República os Segregados da Escuridão Parte 1”.

²¹ Roberto Cabrini, repórter investigativo do programa televisivo Conexão Repórter. Entrevistador do documentário, “República: os segregados da escuridão parte 1

que agrediu e tentou roubar cartões de crédito solicitando senhas. “Eu não pratiquei esse crime, eu estava trabalhando”. (Personagem Paula)²²

Verbalizou que houve testemunhas ao seu favor apontando que não era ele no momento do assalto, no entanto não adiantou. Diante do explanado por Paula a equipe do documentário retornou a Praça da República para apurar os acontecimentos da noite em que a referida fora acusada de assalto.

A equipe localizou a vítima do assalto, chamado Luciano, que relatou os acontecimentos ocorridos no dia do crime e apontou através de uma foto apresentada pelo repórter que era Paula a assaltante.

Segundo Paula, ela encontrou os documentos do senhor no chão e estava até com o dinheiro da remuneração do seu trabalho naquele dia e, por isso não haveria necessidade de furta-lo. Cabrini (2018) menciona que talvez Paula estaria sendo vítima de seus antecedentes criminais.

Inclusive meu advogado pediu para assumir a autoria dos crimes, mesmo sem ter cometido, relata com voz de choro. Por que segundo ele o sistema prisional seria mais brando se ela assumisse uma coisa que ela não fez do que continuar negando a autoria de um crime. Infelizmente pelo advogado é isso que eu tenho que fazer. (Personagem Paula)²³

De acordo com Paula, ela abandonou a vida do crime como mencionado no documentário anterior e estava ajudando outras pessoas a fazerem o mesmo.

Querendo ou não tudo inclina de volta para quem sai da vida do crime, volte a ela. Eu vou sair daqui com certeza com uma chance menor de conseguir um trabalho, quase nula.²⁴

Aqui por mais que eu fale eu vou sair da minha cela e vou dar uma volta na quadra a volta vai voltar de volta a porta da minha cela.²⁵

Ainda em investigação Cabrini (2018) pergunta: novamente a Paula como você vê seu futuro?

Tem como ser visto? (Personagem Paula)²⁶

²² Personagem Paula, mulher transexual reclusa. — Documentário, “República: Os Segregados da Escuridão Parte 2”.

²³ Personagem Paula, mulher transexual reclusa. — Documentário, “República: Os Segregados da Escuridão Parte 2”.

²⁴ Personagem Paula, mulher transexual reclusa. — Documentário, “República: Os Segregados da Escuridão Parte 2”.

²⁵ Personagem Paula, mulher transexual reclusa. — Documentário, “República: Os Segregados da Escuridão Parte 2”.

²⁶ Personagem Paula, mulher transexual reclusa. — Documentário, “República: Os Segregados da Escuridão Parte 2”.

“Sair e começar de novo, quando sair. O fundo do poço pode ser ruim, mas no fim a resposta é positiva porque quando se chega ao fundo do poço só se tem um lugar pra ir, para cima de novo. (Personagem Paula)

Diante das respostas elucidadas por Paula Cabrini (2018) questiona quando vai ser nossa próxima entrevista? “Na minha casa e eu pedindo pra entrevista ser breve, pois eu teria que ir ao meu emprego”. (Personagem Paula)²⁷

No segundo documentário foi possível perceber a ausência dos personagens da entrevista interior, travestis desconhecem seus paradeiros, foi possível visualizar que o policiamento aumentou, mas as mazelas vivenciadas pelos sujeitos LGBTs aumentaram, a violência, prostituição, a exclusão e segregação explicitam um local onde não existem perspectivas, possibilidades de sonhos para esse segmento da sociedade. Segundo Cabrini (2018) a realidade é quase que imutável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há uma relação histórica do serviço social com a família desde a gênese da profissão, a família é uma instituição privilegiada na nossa ação profissional. Com o passar do tempo essa atenção a famílias e seus desdobramentos tem requerido um conhecimento, teórico metodológico, jurídico, do campo da saúde também.

Discutir a temática da família é um tema bastante desafiador por sua amplitude, complexidade, mas também pelas suas controvérsias. No decorrer da pesquisa encontramos dificuldades em encontrar produções que debatem a temática da família e sua relação com o sujeito LGBT, o que consideramos ainda mais instigante para realizar análises e reflexões sobre essa questão.

²⁷ Personagem Paula, mulher transexual reclusa. — Documentário, “República: Os Segregados da Escuridão Parte 2”

É sabido que o contexto LGBT é permeado por preconceitos, estereótipos, e a discriminação sexual é fruto de uma sociedade construída por um grupo social que nomeamos como família que outrora baseava-se em meras divisões sexistas, onde o patriarcado imperava, à vista disso a sociedade incorporou fundamentações de valores machistas, misóginos e falocêntricos.

Para análise de produções cinematográficas, escolhemos um filme baseado em uma história real, diante as reflexões apresentadas sobre a homossexualidade, foi possível perceber uma realidade antagônica da instituição familiar que se apresenta através da família do adolescente Ray e do jovem Booby. O apoio familiar dispensado a Ray ela foi essencial construção do processo da vida sua vida social bem como efetivação de seus direitos enquanto adolescente transsexual.

Em contrapartida no segundo filme o contexto familiar era completamente distinto, sendo possível apreender que a ausência do apoio familiar no cotidiano do jovem Bobby associada com a cultura religiosa da sua família, ocasionou a negação da sua homossexualidade. Sendo assim foi possível observar que a falta de compreensão e o preconceito no próprio seio familiar foram fatores impulsionadores para que o sujeito LGBT anulasse sua própria vida. A partir desses objetos de estudo podemos compreender como a instituição familiar pode ser um ambiente contraditório e como o preconceito e a discriminação sexual e de gênero podem influenciar diretamente no processo de construção e legitimação dos direitos sociais do sujeito LGBT.

Partindo do pressuposto que o assistente social trabalha com famílias e indivíduos, é indispensável discutir sobre as novas relações de vivenciar a família, ela se constitui atualmente também por sujeitos LGBTs como as famílias homoparentais, bem como as famílias que possuem sujeitos com orientações sexuais distintas e de gênero.

A falta de conhecimento sobre indivíduos desse segmento da sociedade pode ocasionar situações de vulnerabilidades sociais no seio familiar tendo em vista que o assistente social tem dupla tarefa de atender dois sujeitos em sofrimento. Com orientações dispensadas a família e os sujeitos na compreensão da diversidade sexual e de gênero, o assistente social tem uma importante contribuição para a prevenção de rompimento de vínculos familiares e comunitários no tocante a esses indivíduos.

No tocante aos documentários podemos analisar como a desproteção da família e a omissão do Estado e sociedade no que se refere as mazelas enfrentadas por esses sujeitos. A rejeição a segregação e exclusão social vivenciada por travestis e transexuais na Praça da República em São Paulo discorre nitidamente a luta pela sobrevivência desses indivíduos, limitada a prostituição e a criminalidade, muitos transexuais e travestis tem seus destinos marcados pela miséria, outros tampouco conseguem vislumbrar uma perspectiva de vida e, sonham com a dignidade, com a possibilidade em se inserirem de fato como sujeitos sociais em sociedade, livre de preconceitos, violências e violações de direitos.

A narrativa das personagens do documentário traz a escuridão dos indivíduos que não conseguem ter mínimo auxílio familiar, deste modo podemos analisar como a instituição familiar tem o poder de auxiliar na construção das trajetórias de suas vidas. Obviamente compreendemos que a família não tem a obrigação de aceitar a orientação sexual ou de gênero de seus membros, no entanto o respeito a diversidade sexual é indispensável para que os sujeitos se integrem na sociedade com apoio de uma instituição que promova o amor afeto e a solidariedade entre os membros que dela fazem parte.

No âmbito do Serviço Social, a inserção de reflexões a respeito da sexualidade, da diversidade sexual e dos direitos LGBT é recente. Conferimos destaque à aprovação pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) da resolução 489/2006, que veda conduta profissional discriminatória por motivo de orientação sexual, e da resolução 615/2011, que garante o uso do nome social de travestis e transexuais nos documentos profissionais. Ressalta-se, ainda, a inserção do grupo de trabalho “gênero, raça/etnia e orientação sexual” no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em 2003, e no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), em 2004. Embora a produção de conhecimento concernente a essa temática seja incipiente no Serviço Social, é importante ressaltar que esta existiu até 2004, ainda que de forma pontual. Observa-se que nos últimos dez anos esse cenário tem sido alterado, tanto pela proeminência das manifestações do movimento LGBT, que trouxeram consigo a denúncia de índices de violência letal e demandas por leis e políticas específicas, quanto pela emergência das primeiras políticas governamentais para a população LGBT, que envolveram o incentivo financeiro – ainda que tímido – à produção acadêmica nessa área. (IRINEU, 2014 p.195)

Segundo Trindade (2018) na atualidade é perceptível à visibilidade LGBT e o crescimento do seu reconhecimento social na sociedade tem transformado as vivências e suas relações sociais significativamente, pois muitos LGBTs estão conseguindo se inserir no mercado de trabalho formal, ingressando no ensino de

nível superior, no entanto não podemos descartar que ainda há uma enorme caminhada para erradicarmos com o preconceito e o conservadorismo, pois socialmente a sociedade brasileira foi constituída nas bases de um padrão patriarcal que, por conseguinte deixou um legado até o século XXI. Desta maneira consideramos necessário elucidarmos a questão das experiências da família e do Sujeito LGBT no tocante ao enfrentamento do preconceito enraizado na sociedade desde tempos remotos.

Através desta pesquisa podemos apreender que se torna necessário o debate sobre a influencia da família pode afetar os sujeitos que nela se situam, a fim de reduzir, situações de violações de direito que abarcam as expressões da Questão social.

Em suma o Assistente social tem um papel relevante no processo de consolidações no que tange aos direitos sociais da família e do sujeito LGBT, trabalhando as questões que reforçam o preconceito e a discriminação da diversidade sexual e de gênero, tratada muitas vezes pelo estado como pautas supérfluas, imorais sem prioridade.

É indiscutível que tratar da temática Família e Sujeito LGBT requer é aporte técnico do Serviço social para vislumbrar as dificuldades enfrentadas pelos sujeitos, que necessitam de um estudo sistemático e aprofundado pela Academia e principalmente pela profissão. Os preconceitos vivenciados pelas pessoas LGBTs atravessam inúmeras controvérsias, a ausência de recursos para atender as demandas desses sujeitos, em decorrência do sucateamento das políticas públicas.

É sabido que é necessário construir e desconstruir conceitos numa nova ótica da sexualidade, principalmente na compreensão que a diversidade sexual é um direito do individuo, portanto o assistente social deve lutar para garantir o direito dessa população dando legitimidade e reconhecimento a população transexual garantindo o respeito a todas as identidades de gênero, orientação sexual, proporcionando um a construção de uma nova ordem societária baseada na ética e no respeito às diferenças.

No que tange a atuação dos assistentes sociais relacionado a temática de gênero de diversidade sexual, a população LGBT se torna alvo das demandas do trabalho profissional, que tem como dever a luta para garantia de direitos, acesso as políticas públicas, tanto quanto a visibilidade desses sujeitos no âmbito da

sociedade. Uma luta de desconstrução de estigmas e preconceitos e construção de uma nova ordem societária e contribuindo para o acesso a cidadania.

Portanto, os Assistentes sociais tem o compromisso mútuo de realizar um trabalho que possa dar suporte ao sujeito LGBT e suas famílias e a sua atuação é importante, uma vez que o olhar do assistente social analisa a realidade do sujeito na qual o adotando está inserido, nem como as formas de correlações de forças que esse indivíduo está submetida e a família tem um papel de suma importância na construção nas trajetória de vida de sus atores principalmente se tratando do sujeito LGBT que já sofre inúmeros tipos de discriminação pela sua orientação sexual e de gênero. Além disso, o profissional de Serviço Social tem um compromisso ético-político pela luta pela a garantia de direitos e pela a autonomia dos indivíduos.

É imprescindível a criação de leis severas para cessar a violência perpetrada a população LGBT, realizando o resgate da população LGBT no intuito de aumentar a expectativas de vida dessa população objetivando que casos de homofobia e transfobia sejam reduzidos em todo o mundo. Desta maneira a partir do aumento das expectativas de vida dos sujeitos LGBTs.

Históricizar a família é, obviamente, impalpável nesse estudo, pois requer um aprofundamento sistemático, é claro que esse trabalho não tem a intencionalidade de esgotar o tema acerca da família, mas de incentivar a construção novas pesquisas no sobre a temática.

REFERÊNCIAS

A história por trás de Orações para Bobby. Youtube. 12 de jul de 2015. 1h e 31 minutos e 35 segundos. < Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TYAkCl6oVZM>> Acesso em :15 set. 2019.

ALVES. A. F ; ALVES. A.S. **As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil.** IV Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social. Fortaleza.2013.< Disponível em : http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-17225-08072013-161937.pdf> Acesso em: 09 abr. 2019.

ALENCAR, M. M. **Desemprego contemporâneo como elemento da acumulação capitalista e da luta de classes.** O Social em Questão. Ano XIV, n. 25-26. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2011.

____. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família. In: LEAL, M.; MATOS, M.; SALES, M. (Org.). **Política Social, Família e Juventude: uma Questão de Direitos**. São Paulo: Cortez, 2004.

ALIAGA, L.; BIANCHI, **Á. Força e Consenso como fundamentos do Estado**. Pareto e Gramsci. Revista Brasileira de Ciência Política. V.3,p 17-36, 2011.<Disponível em: >Acesso em: 28/10/2019

BRASIL, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 de julho de 1990. Disponível em: <https://www.baixelivros.com.br/download-gratuito?eca-2019.pdf>>Acesso em: 28 out. 2019.

BRASIL, Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 de novembro de 2013. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html> Acesso em: 22 nov. 2019.

BRASIL, Conselho Federal de Medicina. Resolução CFM nº 1.652/2002. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 06 de novembro de 2002. Disponível em: http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2002/1652_2002.htm. Acesso em: 14 out. 2019.

BARISON, Mônica. **Judicialização da questão social**. RJ: Cortez, 2016.

BEZERRA et al. **Movimento LGBT: breve contexto histórico e o movimento na Região do cariri**. IV Seminário CETROS. Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social. Fortaleza. 2013. Disponível em: <http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-17121-08072013-173342.pdf> Acesso em: 20 jun. 2019.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social Lei 8662/93. de regulamentação da profissão**. 10. ed. rev. e atual. Conselho Federal de Serviço Social, Brasília 2012. Disponível em: <http://cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf> Acesso em : 15 out. 2019.

CFESS. **Resolução CFESS nº 845, de 26 de fevereiro de 2018**. Brasília-DF. 2018.> Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/ResolucaoCfess845-2018.pdf>.> Acesso em 31 out. 2019.

CFESS MANIFESTA, **Gestão tempo de lutas e resistência (2011-2014)** Brasília 2014.> Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Livro_CFESSManifesta_GestaoTempodeLuta-Site.pdf Acesso em: 25 out. 2019.

DELGADO, M. B. G e SOARES, V., **O Movimento de Mulheres na Transição Democrática**. Estudos Comparativos sobre Movimentos Sociais no Chile, México e Brasil. Universidade de Hannover. Alemanha, 1993.

DUARTE. M. J.O .**Diversidade sexual, Políticas Públicas e Direitos Humanos : Saúde LGBT em cena.** 2014. Brasília. Temporalis V. 14 n. 17. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7209>> Acesso em: 14 out. 2019.

Freyre, Gilberto. **Casa Grande Senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso – 51ª ed.rev. – São Paulo: Global, 2006 – Introdução à sociedade patriarcal no Brasil.

Holanda, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil.** – 26. ed – São Paulo: Companhia das letras, 1995.

IRINEU, Bruna, A. **10 anos do programa Brasil sem homofobia: Notas críticas.** Brasília (DF). n. 28. 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7222>. Acesso em: 12 mar. 2018.

LOSACCO. S. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária.** São Paulo. 2016.< Disponível em: <http://fundacaotelefonica.org.br/promenino/trabalho infantil/colunistas/plano-nacional-de-promocao-protacao-e-defesa-do-direito-a-convivencia-familiar-e-comunitaria/>.>Acesso em: 29 out. 2019.

MARTINELLI.A. **Após 28 anos, OMS deixa de classificar transexualidade como doença.**HUFFPOT. Brasil. 2018. Disponível em: <[MATOS, M; PARADIS C.G. **Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro.** cadernos pagu \(43\). Minas Gerais. 2014. <Disponível em : <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n43/0104-8333-cpa-43-0057.pdf>> Acesso em: 15 out. 2019.](https://www.huffpostbrasil.com/2018/06/18/apos-28-anos-transexualidade-deixa-de-ser-classificada-como-doenca-pela-oms_a_23462157/?guce_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuYmluZy5jb20vc2VhcmNoP3E9dHJhbnNleHVhbGlikYWRIKyVDMYVBOSt0aXJhZG8rZG8rY2lkJmZvc09RURHRUFSJnFzPVBGJmN2aWQ9OGE2YTUxNTIxMTBhNDU1N2I4OWExMDZjYzg1ZDFiYjUmY2M9Qllmc2V0bGFuZz1wdC1CUiZlbiHY9QVQkzJTlxdUFZN3RiTk5aR1oyeWIHTmmpmTjVZdkw2bk95N2pFN1dEaDJLdWQqTW5DSTVSYmFCVjJIMUthQjBwV0dsZWtrdmNjd1puRWVrdTQ3MGNKRmNmaHhXVHRDd2tpbGxWRGdkSkNuRE4qYTgmcGx2YXI9MCMZQz1MQ1RT&guce_referrer_sig=AQAAANMJS521__kQzKYrvowbZWc9ltw5yrUGZygxoodvmAGZFd9-ITvbms1DmvKNwWzVFDg9s9WjLzbFA6JperntSBouDe98qyyqUWEEBuXRdelVjnm uUp8fBXZ3dA3q5iTUWSMVZT3buccE_RVGLwka-I_7BdlEemoPmklqMa2eUuAkJ&gucounter=2>. Acesso em: 01 nov. 2019.</p>
</div>
<div data-bbox=)

Menezes Moisés, Santos; Silva Joelson Pereira. **Serviço Social e homofobia: a construção de um debate desafiador.** R. Kol, Florianópolis, v 20, n, p. 122- 129, jan/abr. 2017.

Meu nome é Ray. Direção: Gabi Dellal. EUA. 22 de setembro de 2016, dublado, colorido, 1h e 33min. Disponível em: Netflix.

MENDES; VAZ; CARVALHO.**O movimento feminista e a luta pelo empoderamento da mulher.** Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e

Direito. Nº 03. Paraíba. 2015 < Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ged/index> > Acesso em: 10 mar. 2019.

MONTEIRO; Kimberly; GRUBBA; Leilane. **A luta das mulheres pelo espaço público na primeira onda do feminismo: de Suffragettes às Sufragistas.** IMED. Integrante do Grupo de Pesquisa e Extensão Cinema, Direitos Humanos e Sociedade: vias para o empoderamento. Santa Catarina. 2017< Disponível em : <https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/563>> Acesso em: 29 mar. 2019.

MIOTO.R. C.**Família, trabalho com famílias e serviço social.** Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 12, n.2, p. 163-176, jan./jun. 2010. >Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/7584/6835>. Acesso em: 20 out. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NADER. M.B. Da família à família nuclear burguesa: uma perspectiva histórica social.

NEDER; RIBEIRO. Manoug Kaloustian (org). **Família brasileira, a base de tudo.** – 6. ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNICEF, 2004.

República: Os segregados da escuridão Parte 1. 17 de abril de 2018. Roberto Cabrini, São Paulo. SBT. Conexão Repórter (16/04/2018).Disponível em : <https://www.youtube.com/watch?v=0p6NNe1anzw&t=8s>.>Acesso em 20 ago. 2019.

República: Os segregados da escuridão Parte 1. 17 de abril de 2018. Roberto Cabrini, São Paulo. SBT. Conexão Repórter (16/04/2018). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=o3RPIBDPbqE>. > Acesso em: 20 ago. 2019.

Republica: Os segregados da escuridão Parte 2. 12 de junho de 2018. Roberto Cabrini, São Paulo. SBT. Conexão Repórter (11/06/2018).Disponível em : <https://www.youtube.com/watch?v=0p6NNe1anzw&t=8s>.>Acesso em: 20 ago. 2019.

SARTI; Cynthia. O feminismo Brasileiro desde os anos 1970: revistando uma trajetória. In: **Revista Estudos Feministas. Florianópolis.** 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000200003/7860>> Acesso em: 28 mar. 2019.

_____. **Feminismo no Brasil uma trajetória partiular.** cad pesq. 64. 38-47. São Paulo 1988. <Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1182/1188>> Acesso em: 09 abr. 2019.

_____. Família como Ordem moral. Cad. Pesq., , n.91, p.46-53,nov. São Paulo 1994. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/875/882>>Acesso em: 29 set. 2019.

Scott, Parry. **Famílias brasileiras: poderes, desigualdades e solidariedade**. Ed. Universitária da UFPE, 235 p. – (Série Família e Gênero, n.14). Recife. 2011.> Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/1016303/1020379/familias+brasileiras+poderes+desigualdades+e+solidariedades.pdf/35456d88-d341-4ae7-8f69-7bd54b815df8>.> Acesso em: 27 out. 2019.

TRINDADE, M. **Serviço social e transexualidade: uma análise das ações de requalificação civil de pessoas transexuais no estado do rio de janeiro**. anais do 16º encontro nacional de pesquisadores em serviço social. Vitória. Espírito Santo: 2018.

_____. **Violência Institucional e Transexualidade: desafios para o Serviço Social**. Revista Praia Vermelha: Estudos de Política e Teoria Social, Rio de Janeiro, v. 25, 2015. Disponível em: <http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373229555_ARQUIVO_AtencaoaSauedaPessoaTransexual-MablyTrindade.pdf> Acesso em : 15 out. 2019.

_____. **Atenção à saúde da pessoa transexual: Horizontes do processo transexualizador no Estado do Rio de Janeiro**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2012. Disponível em: <http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373229555_ARQUIVO_AtencaoaSauedaPessoaTransexual-MablyTrindade.pdf> Acesso em: 15 out. 2019.

ZANCARON, Sabrina Santos Duarte. Família e Homossexualidade uma reflexão acerca das configurações da Família na contemporaneidade e os Direitos Sociais. In: DUARTE & ALENCAR (org). **Família, Famílias: Práticas Sociais e Conversações Contemporâneas**- 3. ed.- Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.